



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



LÍGIA EMANUELA MARTINS

GESTÃO FINANCEIRA: um estudo sobre a gestão baseada no capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna - PB

**Sousa – PB
2014**

LÍGIA EMANUELA MARTINS

GESTÃO FINANCEIRA: um estudo sobre a gestão baseada no capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna - PB

Monografia apresentada ao curso de graduação de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Vorster Queiroga Alves

**Sousa - PB
2014**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “**Gestão financeira: um estudo sobre a gestão baseada no capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à cdl da cidade de Uiraúna - PB**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa - PB, 13 de março de 2014.

Lígia Emanuela Martins
Orientanda

LÍGIA EMANUELA MARTINS

GESTÃO FINANCEIRA: um estudo sobre a gestão baseada no capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna - PB

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Vorster Queiroga Alves - Orientador

Membro examinador 1

Membro examinador 2

Dedico,

A meus pais, Luzia Martins e Manoel Martins, diante da gratidão pela incondicional benevolência, assistência e diligência; aos meus padrinhos, Consolação e Netinho, pelo desvelo, acolhimento e solidariedade; e, a minha eterna e inesquecível amiga, Samara Cristina, que tão cedo nos deixou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primordialmente, a Deus por restaurar as forças que permitiram minha postura confiante, firme e serena durante toda minha jornada; e, pela proteção e iluminação, não somente no decurso da minha trajetória acadêmica, mas no decorrer de todo meu percurso existencial.

Ao meu orientador Vorster Queiroga, pelo compromisso, destreza, diligência e concessão a mim durante toda a produção deste estudo e como via de gratidão pelos ensinamentos ao longo do curso.

Aos meus pais, Manoel e Luzia, por terem me concedido a vida, a moral e a ética; pela ternura e esmero; e, pelos sacrifícios e princípios que constituem meu caráter e transfiguraram meu horizonte mundano.

Aos meus irmãos Luziângela, Luciano e Lucas pela eterna complacência.

Aos meus tios e padrinhos, Netinho e Consolação, por me oportunizarem crescer com amor, empatia e benevolência; e, por abrirem caminhos e assinalarem os valores que guiam minhas escolhas até hoje.

A minha prima, irmã e amiga, Alessandra Fernandes, pelo carinho e prudência; e pela assiduidade em todas as etapas da minha vida, perante amparo, incentivo e contribuição para o meu crescimento.

Ao meu noivo Anderson Almeida pela sua compreensão, paciência e seu amor.

Agradeço também a todos os docentes que integraram o curso de Ciências Contábeis no Campus Sousa-PB, pela disponibilidade, responsabilidade e ensinamentos transmitidos no decorrer dessa trajetória.

As minhas companheiras de residência e fiéis amigas, Alick, Denise, Emanuela, Eva, Geisa, Kalina, Mayara, Paula, Natana e Tati, e, pelos instantes, rotinas e sonhos compartilhados e pelas conquistas alcançadas. Nessa cumplicidade transitei na alegria, na tristeza, na dificuldade e em todos os obstáculos superados com vocês absorvi relevantes lições que me edificaram e os empregarei por todo meu caminho de vida.

A Risley, leal e atencioso amigo, por sua serenidade, assiduidade e contribuição diante da minha jornada acadêmica e concretização de metas.

Aos meus colegas de sala pelos ilustres momentos, cumplicidade, cooperação e fidelidade. Construimos e realizamos metas, vencemos dificuldades e eternizamos nossos laços.

Aos meus amigos pelo encorajamento, confiança e consideração no percorrer de toda minha jornada.

Aos meus familiares pelo amparo, otimismo e segurança.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação como profissional, cidadã e ser humano.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a prática da gestão financeira através do capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna PB, descrevendo a administração do capital de giro, verificando o controle por parte dos gestores sobre as contas de curto prazo que contribuem para a gestão do capital de giro das empresas e identificando as informações contábeis que estão sendo utilizadas pelos gestores na gestão do capital de giro. No presente trabalho foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário composto por 34 questões fechadas e estas distribuídas em 8 (oito) tópicos que abrangem diversas áreas da empresa, sendo aplicados em 39 micro e pequenas empresas cadastradas na CDL da cidade de Uiraúna, obtendo resposta de 20 das MPEs investigadas. Os dados coletados foram submetidos a uma análise crítica de acordo com finalidade da pesquisa e levando em consideração que, para haver uma gestão baseada no capital de giro é preciso ter o conhecimento e existir uma boa administração deste recurso e para isso ocorrer é necessário um adequado controle das contas de curto prazo, com isso pode-se concluir que as micro e pequenas empresas estudadas apresentam, em sua maioria, uma atenção com a administração dessas contas, principalmente por ser os proprietários os principais responsáveis pela sua gestão. Porém, é constatado a não observância das informações contábeis por um número relevante das empresas analisadas, prejudicando diretamente a gestão das empresas.

Palavras-chaves: Micro e Pequena empresa. Capital de giro. Gestão financeira. Informação contábil.

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate the practice of financial management through working capital in micro and small associated with CDL City Uiraúna PB companies , describing management of working capital , checking the control of managers on accounts short-term that contribute to the management of working capital of enterprises and identifying the accounting information being used by managers in the management of working capital . In the present study a field survey was conducted using as a research tool a questionnaire consisting of 34 closed questions and those allotted to eight (8) topics covering various areas of the company being investigated in 39 small and micro companies registered with the CDL city Uiraúna getting response from 20 of MSEs investigated . The collected data were subjected to a critical analysis according to the research purpose and taking into account that, there is a management based on the working capital you need to have the knowledge and be a good management of this resource and it does need a suitable control of short-term bills , it can be concluded that micro and small firms studied have , in most cases, an attention to the administration of these accounts , especially the owners for being primarily responsible for its management . However, it is found not to comply with the relevant accounting information for a number of companies analyzed , directly undermining the management of companies .

Keywords: Micro and Small Business. Working capital. Financial management. Accounting information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição do questionário	23
Quadro 2 - Classificação do porte da empresa conforme o número de funcionários	26
Quadro 3 - Informações relevantes obtidas a partir da elaboração do fluxo de caixa	35
Quadro 4 - Principais elementos de uma política de crédito	36
Quadro 5 - Técnicas para gerir estoque	39
Quadro 6 - Índices de liquidez	50
Quadro 7 - Índices de estrutura	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo operacional	42
Figura 2 - Ciclo econômico.....	43
Figura 3 - Ciclo financeiro	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Setor de atividade.....	52
Gráfico 2 - Porte da empresa.....	53
Gráfico 3 - Pessoa entrevistada.....	54
Gráfico 4 - Idade.....	54
Gráfico 5 - Sexo.....	55
Gráfico 6 - Escolaridade.....	55
Gráfico 7 - Existência exclusiva de pessoal responsável pelo caixa.....	56
Gráfico 8 - Responsável pelo controle do caixa.....	57
Gráfico 9 - Utilização de software ou planilha para fazer o controle do caixa.....	57
Gráfico 10 - Frequência que é feito o controle do caixa.....	58
Gráfico 11 - Existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a receber.....	59
Gráfico 12 - Existência de alguém responsável pelo controle das contas a receber.....	60
Gráfico 13 - Responsável pelo controle das contas a receber.....	61
Gráfico 14 - Utilização de consulta aos serviços de proteção ao crédito SPC e ou SERASA no fornecimento de crédito ao cliente.....	62
Gráfico 15 - Prazo de crédito estabelecido pela empresa para os clientes.....	62
Gráfico 16 - Elementos usados para a cobrança de atrasos nos pagamentos.....	63
Gráfico 17 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a receber.....	64
Gráfico 18 - Existência de alguma área na empresa responsável pelo controle do estoque.....	65
Gráfico 19 - Existência de alguém responsável pelo controle do estoque.....	65
Gráfico 20 - Responsável pelo controle do estoque.....	66
Gráfico 21 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de estoque.....	66
Gráfico 22 - Existência de um controle de tempo para reabastecer o estoque.....	67
Gráfico 23 - Período de reabastecimento do estoque.....	68
Gráfico 24 - Conhecimento da quantidade e do valor do estoque existente na empresa.....	68
Gráfico 25 - Existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a pagar.....	69

Gráfico 26 - Existência de alguém responsável pelo controle das contas a pagar.....	70
Gráfico 27 - Responsável pelo controle das contas a pagar.....	70
Gráfico 28 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a pagar.....	71
Gráfico 29 - Organização das contas a pagar por ordem de pagamento.....	71
Gráfico 30 - Medidas adotadas para sanar problemas caso haja dificuldade financeira.....	72
Gráfico 31 - Conhecimento do capital de giro.....	73
Gráfico 32 - Área específica para gerir o capital de giro.....	74
Gráfico 33 - Utilização de indicadores financeiros.....	75
Gráfico 34 - Demonstrativos contábeis utilizados.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCL - Capital circulante líquido

CDL - Câmara de dirigentes lojistas

CPC - Comitê de pronunciamentos contábeis

DAS - Documento único de arrecadação

DFC - Demonstração do fluxo de caixa

DRE - Demonstração do resultado do exercício

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

MPEs - Micro e pequenas empresas

SEBRAE - Serviço de apoio as micro e pequenas empresas

SERASA - Centralização dos Serviços Bancários S/A

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problematização	17
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 Justificativa	18
1.4 Metodologia	20
1.4.1 Tipo de pesquisa	21
1.4.2 Universo e Amostra.....	22
1.4.3 Instrumento de Coleta de Dados	23
1.4.4 Tratamento dos dados.....	24
2 MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	25
3 ASPECTOS GERAIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	26
3.1 Simples Nacional	29
4 CONCEITO E OBJETIVO DA GESTÃO FINANCEIRA.	30
4.1 A contribuição da contabilidade para a gestão financeira.....	31
5 GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	32
5.1 Gestão do caixa	33
5.2 Gestão de Contas a receber	35
5.3 Gestão do Estoque.....	37
5.3.1 Técnicas de administração de estoque.....	38
5.4 Gestão de contas a pagar.....	39
6 CAPITAL DE GIRO	41
6.1 Capital de giro líquido.....	42
6.2 Ciclo operacional.....	42
6.3 Ciclo econômico	43
6.4 Ciclo financeiro.....	43
6.5 Necessidade de capital de giro.....	44
6.6 A influência do capital de giro nas pequenas empresas.....	45
7 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	46
7.1 Balanço patrimonial	47
7.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)	48
7.3 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)	49
7.4 Índices financeiros	49
8 ANÁLISE DOS DADOS	52

8.1 Características das empresas.....	52
8.2 Perfil do entrevistado.....	53
8.3 Controle do caixa.....	56
8.4 Controle de contas a receber.....	58
8.5 Controle do estoque.....	64
8.6 Controle de contas a pagar.....	69
8.7 Capital de giro.....	73
8.8 Informações contábeis.....	74
9 CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE.....	85

1 INTRODUÇÃO

No contexto econômico do país, o surgimento de pequenos negócios é uma prática que vem sendo impulsionada possibilitando a geração de renda e impacto na economia do Brasil. Com a criação de novos empreendimentos, novos empregos são criados, aumentando a arrecadação de impostos pelo governo e acarretando uma maior competitividade no mercado.

Esse fato é verificado pelo crescimento ocorrido nas micro e pequenas empresas no período de 2000-2011, devido o bom desempenho da economia do país a sua participação na estrutura produtiva nacional aumentou. Entre 2000 e 2011 há uma expansão no número de estabelecimentos das MPEs (Micro e Pequenas Empresas) e dos empregos gerados por estes estabelecimentos. Em 2011, as MPEs responderam em média por 99% dos estabelecimentos, mais da metade dos empregos formais de estabelecimentos privados não agrícolas do país e por parte significativa da massa de salários paga aos trabalhadores destes estabelecimentos (SEBRAE, 2012).

É importante ressaltar que as MPEs passaram por um período evolutivo nos seus regimes legislativos, progredindo da lei 7.256, denominada estatuto da microempresa, primeiro momento na história do Brasil em que a microempresa foi reconhecida por lei e recebeu uma atenção especial dos órgãos governamentais conforme menciona Viapiana (2001), para o novo regulamento que hoje vigora, a lei complementar 123, conhecida como SIMPLES nacional, podendo as MPEs optar por esse sistema de tributação nacional, que é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido.

Tais empreendimentos englobam os mais variados setores, como indústrias, comércio, serviços e construções, contribuindo para a distribuição de renda e o desenvolvimento dos estados e regiões. Conforme Lemes Júnior e Pisa (2010), geralmente, são empresas familiares, gerenciadas através da centralização nas tomadas de decisão, e em muitos momentos os mesmo não possuem conhecimento técnico do negócio, ocasionando dificuldade em gerenciar os processos existentes dentro da empresa.

A criação de um novo empreendimento resulta em inúmeros questionamentos. Muitas empresas são abertas e não dão continuidade por falta de um planejamento, precisando montar um plano de negócio com o intuito de auxiliar o empreendedor. Cerbasi e Paschoarelli (2008, p. 120) apud Trindade et. al.(2010, p. 236) ressaltam que, “na criação de

empresas, os empreendedores dedicam atenção à estrutura e equipamentos necessários para o funcionamento, bem como recursos humanos e localização da empresa, e esquecem ou ignoram a formação do capital necessário para a sua operacionalização”.

As MPEs precisam ficar atentas para diversos fatores que influenciam o seu negócio, como estudar o mercado, analisar os concorrentes, fazer marketing e etc., mas um fator relevante que não pode ser questionado para dar suporte e auxiliar a empresa nas suas tomadas de decisões é a gestão financeira. Ela permite ter controle das entradas e saídas dos recursos dentro da empresa e quando será o momento indicado para usar esses recursos (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Tal fator de grande preponderância é o empresário possuir habilidades de gerir financeiramente o negócio. As finanças existentes dentro de uma organização devem ser analisadas, planejadas e controladas pelos seus gestores, pois é combustível que alimenta a sobrevivência da empresa. A gestão financeira, conceituada por Neto (2008, p. 36) apud Trintade et. al (2010, p. 235) como “um campo de estudo teórico e prático que objetiva, essencialmente, assegurar um melhor e mais eficiente processo empresarial de captação e alocação de recursos de capital”, é de fundamental importância para a continuidade do negócio.

O SEBRAE (2006) refere-se que à gestão financeira é conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem planejamento, análise e controle das atividades financeiras da empresa, com a finalidade de melhorar os resultados econômicos e financeiros decorrentes de suas atividades operacionais.

As funções principais de uma gestão financeira são destacadas pelo Sebrae (2006), como a análise e planejamento financeiro, captação e aplicação de recursos financeiros e crédito e cobrança. Possuindo o empreendimento todas essas funções estará preparado para enfrentar o mercado competitivo.

Trindade et al. (2010) destacam que o administrador das micro e pequenas empresas precisam dedicar atenção especial à gestão financeira de sua empresa, dando ênfase à gestão do capital de giro, para que a falta desse recurso não venha a ser um fator decisivo para o seu fechamento. Os autores referenciados afirmam que os empresários das micro e pequenas empresas apontam o capital de giro como o principal fator para a causa do fechamento dessas empresas, concordando que a adequada gestão desses recursos é uma prática essencial para evitar a sua escassez.

1.1 Problematização

O crescimento e a prosperidade ocasionada pelas micro e pequenas empresas são perceptíveis, podendo isso ser observado nos diversos estados brasileiros, onde a maioria dos estabelecimentos instalados corresponde a esse tipo de empresa. (SEBRAE, 2012).

De acordo com pesquisas do Sebrae, 61% dos comércios existentes no estado da Paraíba refere-se a MPEs, sendo 67,2% destes distribuídos pelo interior do estado (SEBRAE, 2012).

Considerando estas afirmações, sabe-se que esse tipo de empresa, como outra qualquer, para sobreviver e manter-se num mercado cada vez mais competitivo torna-se necessário haver uma saudável gestão, procurando o empresário tomar suas decisões apoiadas em informações precisas e atualizadas, dando ênfase a área financeira e mais precisamente, a gestão do capital de giro, tratando este de recursos disponíveis para manter o funcionamento da empresa.

Partindo do pressuposto que as micro e pequenas empresas representam uma significativa importância no desenvolvimento econômico dos estados e regiões e que as boas práticas de gestão financeira contribuem para o seu desempenho propiciando a sua continuidade no mercado, o estudo apresenta a seguinte questão: **As micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna PB realizam a gestão baseada no capital de giro?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar a prática da gestão financeira através do capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna PB.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a administração do capital de giro;
- Verificar o controle por parte dos gestores sobre as contas de curto prazo que contribuem para a gestão do capital de giro das empresas;
- Identificar as informações contábeis que estão sendo utilizadas pelos gestores na gestão do capital de giro.

1.3 Justificativa

A empresa precisa estar preparada para enfrentar o mercado competitivo, que está cada vez mais acirrado, buscando maximizar sua participação no mercado e conseqüentemente aumentar seu lucro. Nesse contexto é necessário possuir uma boa administração e um adequado controle financeiro.

Na maioria das vezes a pessoa física, representada pelo dono do negócio, se mistura com a pessoa jurídica, que corresponde à empresa, tornando-se um grande equívoco cometido pelos pequenos empreendimentos, dificultando a separação dos bens da empresa e do gestor, havendo assim dificuldade no controle financeiro. De acordo com Lemes Júnior e Pisa (2010) “o sucesso de uma organização depende muito da sua saúde econômica e financeira”.

Para manter uma empresa saudável é imprescindível haver uma adequada gestão financeira, e para controlar diariamente as finanças significa para o gestor obter melhores resultados financeiros. Gitman (2010) afirma que a administração do capital de giro é um dos aspectos mais importantes da administração financeira e que é preciso que se mantenha um nível adequado desse recurso, pois os ativos circulantes de uma empresa devem ser suficientes para cobrir os passivos circulantes.

O capital de giro é identificado por Neto (2008, p. 516) apud Trindade et. al. (2010, p. 236) “como um volume de capital aplicado pela empresa no seu ciclo operacional de curto prazo, que assume diversas formas ao longo do seu processo produtivo e de vendas”.

Neste contexto é de fundamental importância para uma organização à administração do capital de giro, precisando este, de acordo com Silva (2002, p. 38), “de acompanhamento

permanente, pois estão continuamente sofrendo o impacto das diversas mudanças enfrentadas pela empresa, decorrentes de forças advindas dos ambientes externos e internos”.

Através dele é possível progredir e estar preparado para enfrentar riscos financeiros surgidos no decorrer das atividades, pois a sobrevivência de uma empresa está ligada diretamente ao seu controle. Para que haja conhecimento do capital de giro é necessário existir a administração dos principais controles financeiros de uma entidade, composto pelas disponibilidades, sendo estas a conta caixa e o banco, contas a receber, controle de estoque e contas a pagar.

A contabilidade pode auxiliar o gestor no processo de administração do capital de giro, segundo Chér(1991, p.35) apud Henrique (2008, p. 19) “[...], a contabilidade desenvolve e fornece dados para o setor financeiro da empresa, usando princípios legais e padronizados, prepara principalmente, demonstrações financeiras”.

As demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da situação do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes de forma oportuna e segura. Como exemplo de demonstrações contábeis que podem ser aplicados à pequena empresa, pode-se citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e a Demonstração de Fluxo de Caixa, elas podem fornecer informações que serão relevantes na tomada de decisão (HENRIQUE, 2008).

Henrique (2008) também cita que outros fatores de apoio à administração do capital de giro são as elaborações dos índices financeiros, calculados a partir de análises feitas diretamente das demonstrações contábeis, no qual são evidenciados o nível de liquidez, endividamento e a rentabilidade da empresa.

“Considerando que todo planejamento financeiro deve ter por base, registros contábeis que se constituem em ferramentas de fundamental importância na medida em que trazem informações gerais para a tomada de decisão” (SANTIAGO, 2006, p.49), o capital de giro se apoia em todas essas ferramentas, sendo elas necessárias para sua gestão.

Quando uma organização possui o controle e o conhecimento do capital de giro é possível tomar decisões adequadas para o seu crescimento e desenvolvimento. Através dele o empresário possui a capacidade de utilizar informações para saber o exato momento de realizar um investimento ou quando precisará obter um financiamento.

Toda e qualquer empresa, independente de seu porte, precisa levar em consideração o controle adequado e o conhecimento do capital de giro, pois isso poderá promover à empresa inúmeros benefícios e gerar maior segurança, proporcionando ao empreendedor à competência de elaborar metas e ações para o futuro e evitar assim o surgimento de surpresas inesperadas.

Acreditando na afirmativa de Souza e Qualharini (2007) em que o crescimento em quantidade e em importância das pequenas empresas é uma tendência irreversível na economia brasileira e também mundial, o controle financeiro nessas empresas carece de atenção, pois os mesmos autores ressaltam que as pequenas empresas possuem recursos limitados e o acesso às fontes de capital de giro quase sempre são insuficientes.

Longenecker, Moore e Petty. (1997) declaram que a gestão do capital de giro é extremamente importante para as pequenas empresas. De fato, não existe matéria na área de finanças mais importante e ao mesmo tempo mais mal-entendida. As boas oportunidades de negócio podem ser danificadas pela gestão ineficiente dos ativos e passivos de curto prazo.

Trintade et al. (2010, p. 247) reforçam ainda que “uma adequada gestão do capital de giro é importante para manutenção das atividades operacionais das micro e pequenas empresas”.

Este trabalho justifica-se a partir do momento em que se propõe a verificar se existe a prática da gestão financeira através do capital de giro nas micro e pequenas empresas, considerada de fundamental importância para a continuidade desses empreendimentos, no qual a sua gestão influência no sucesso dos mesmos.

1.4 Metodologia

A pesquisa é um estudo sobre determinado problema, em que o pesquisador desenvolve um interesse, a partir de uma situação observada ou uma área de estudo de seu interesse, com o intuito de solucionar ou descobrir as causas que o envolve. Ela deve ser realizada de forma organizada, estruturada e utilizando métodos científicos na busca da solução do problema. A pesquisa é feita utilizando a metodologia científica e suas investigações seguem as normas metodológicas provenientes da ciência (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2011).

Silva e Menezes (2005, p. 9) afirmam que a “metodologia tem como função mostrar a você como andar no “caminho das pedras” da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo”.

1.4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é caracterizada como exploratória, pois esse tipo de pesquisa conforme Gil (2009) e Castilho; Borges; Pereira (2011) abrangem um levantamento bibliográfico, que oferece informações sobre o assunto, permitindo assim o desenvolvimento de uma pesquisa sobre um tema desejado. Envolve também, pessoas que possuíram ou possui experiências práticas com o problema pesquisado. Gonsalves (2011, p. 76) afirma ainda ser uma pesquisa “[...] caracterizada pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explicado”.

O trabalho é considerado descritivo por descrever as características do objeto em estudo, envolvendo técnicas para a coleta de dados, geralmente questionário, entrevista ou observações (SILVA; MENEZES, 2005).

É também uma pesquisa de campo, denominada como aquela em que as informações coletadas são buscadas diretamente com a população em pesquisa, há, portanto um contato direto entre o pesquisador e o objeto em estudo. Para reunir as informações o pesquisador deve dirigir-se ao local onde o fenômeno acontece ou aconteceu (GONSALVES, 2011).

Segundo a natureza da informação é uma pesquisa bibliográfica, pois observada sobre o ponto de vista de Castilho; Borges; Pereira (2011, p. 11) “é baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho. Abrange todas as bibliografias encontradas em domínio público como: livros, revistas, monografias, teses, artigos de Internet”.

A pesquisa bibliográfica busca colocar o pesquisador em contato direto com as fontes que já existem produzidas sobre o tema pesquisado. (GONSALVES, 2011).

Quanto à natureza dos dados, é um estudo quantitativo, por traduzir as informações coletadas em números, com o propósito de classificá-las e analisá-las (SILVA; MENEZES, 2005).

Também é qualitativa, pois “se preocupa com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas...” (GONSALVES, 2011, p. 70).

Em relação à seleção da amostra, a pesquisa tem como característica ser não probabilística, por não utilizar fórmulas estatísticas, mas sendo uma pesquisa por acessibilidade. (OLIVEIRA et al., 2003).

1.4.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa representa um conjunto de indivíduos ou elementos que se pretende estudar, no qual possuem características comuns. A amostra é a parte selecionada do universo em estudo e é obtida por meio de técnicas específicas de amostragem (OLIVEIRA et al., 2009).

Assim, o universo desta pesquisa são as micro e pequenas empresas cadastradas no banco de dados da CDL da cidade de Uiraúna. A CDL (câmara de dirigentes lojistas), é uma entidade que presta serviços para uma comunidade, representando os comerciantes, em que estes se reúnem de forma voluntária e com regularidade para trocar ideias, se aprimorar, buscando com isso o desenvolvimento empresarial lojista. Um dos principais objetivos de uma CDL é representar os lojistas no seu município, buscando defender os interesses dos mesmos (CDL 2011).

A cidade de Uiraúna possui 290 empresas ativas, conforme consta nos dados informados pela Coletoria Estadual de Sousa. Destas, 49 empresas são cadastradas na CDL, a mesma forneceu informações acerca da localidade, nomes e telefones das empresas que fazem parte do seu banco de dados, mas não distinguiu quanto à característica de ser microempresa ou empresa de pequeno porte.

A especificação quanto ao porte da empresa ocorreu através da Coletoria Estadual de Sousa, em que constatou haver na lista de empresas fornecidas pela CDL, 45 micro e

pequenas empresas, constituindo o Universo da pesquisa. No entanto, a pesquisa foi realizada em 39 empresas, sendo que por motivos de localização a aplicação dos questionários não foi possível em 6 empresas, por estas pertencerem a outras cidades. Houve a distribuição dos questionários nas 39 empresas, porém, 20 responderam e devolveram os questionários, correspondendo assim, 44,44% das micro e pequenas empresas cadastradas, constituindo a Amostra da pesquisa.

1.4.3 Instrumento de Coleta de Dados

A coleta de dados aconteceu por intermédio de um questionário composto por 34 questões fechadas e estas distribuídas em 8 (oito) tópicos que abrangem diversas áreas da empresa. Segundo Silva e Menezes (2005), o questionário é uma sequência de perguntas ordenadas, devendo este ser objetivo, limitado e conter instruções para facilitar o seu preenchimento. As perguntas devem se relacionar com o objetivo da pesquisa, possuindo também uma linguagem compreensível ao respondente.

As questões foram de múltipla escolha, em que o respondente marcou a opção que condisse com sua realidade. Das 34 questões, 4 foi permitido a escolha de mais de uma alternativa e 30 delas apenas pode ser marcado uma alternativa. O quadro abaixo descreve a distribuição do questionário aplicado:

Quadro 1- Distribuição do questionário

TÓPICOS	NÚMERO DE QUESTÕES
Características da empresa	2
Perfil do entrevistado	4
Controle do caixa	4
Controle das contas a receber	7
Controle do estoque	7
Controle das contas a pagar	6
Capital de giro	2
Informações contábeis	2

Fonte: Elaborador pelo autor, 2014

A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2014 nas microempresas e empresas de pequeno porte cadastradas na CDL de Uiraúna com o auxílio do questionário em anexo.

As aplicações dos questionários ocorreram da seguinte forma: em 15 empresas ocorreu a entrevista, considerada por Silva e Menezes (2005) como a “obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”, em que o responsável respondia as perguntas para o pesquisador e este marcava a resposta no instrumento de pesquisa. Em 12 empresas foram entregues os questionários, mas apenas 5 delas devolveram respondidos, assim, 7 empresas deixaram de responder o questionário, além de que 12 empresas não quiseram participar da pesquisa.

1.4.4 Tratamento dos dados.

Os dados coletados por meio do questionário foram tabulados, utilizando o software Excel e logo em seguida gráficos foram montados para representar os resultados. Logo após, os dados foram submetidos a uma análise crítica de acordo com finalidade da pesquisa.

2 MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

As microempresas e empresas de pequeno porte são caracterizadas de diversas maneiras, de acordo com Lemes Júnior e Pisa (2010, p. 43) “não existe critério único para definir micro e pequena empresa, tanto no Brasil quanto em quaisquer país do mundo”.

Nenhuma definição a respeito de micro e pequenas empresas serão totalmente absolutas, pois existem determinados pontos de vista, ou órgãos aos quais essas definições estão vinculadas (HENRIQUE 2008). Dessa forma, a classificação desse tipo de empresa pode levar em consideração diversos fatores, entre eles à receita bruta ou até mesmo o número de funcionários.

A lei complementar nº 123, lei geral das Micro e Pequenas empresas, considera em seu artigo 3º, microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também adota como critério a receita operacional bruta anual, no qual as micro empresas são aquelas cuja receita operacional bruta anual seja inferior ou igual a 2,4 milhões de reais e pequena empresa são empresas com receita operacional bruta anual superior que 2,4 milhões e inferior ou igual a 16 milhões. (BNDES, 2010).

Ao contrário do BNDES e da lei 123/2006, o SEBRAE utiliza como base o número de funcionários existentes na empresa para classificar o seu porte. O quadro 2 apresenta a classificação do porte da empresa conforme o número de funcionários:

Quadro 2- Classificação do porte da empresa conforme o número de funcionários

SETOR	PORTE	
	MICRO	PEQUENA EMPRESA
Indústria	Até 19	De 20 a 99
Comércio	Até 9	De 10 a 49
Serviço	Até 9	De 10 a 49

Fonte: Adaptado do Sebrae (s/d).

Logo, não há uma definição global e definitiva para caracterizar as MPEs, pois diferentes órgãos estabelecem padrões divergentes para sua classificação, deixando dúvidas acerca da classificação a ser adotada.

3 ASPECTOS GERAIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Não existem razões bem claras para o crescimento das pequenas empresas, podem ser ocasionado pelo surgimento das novas tecnologias que facilitam a produção e tornam-na mais eficiente, podem ser por possuírem mais flexibilidade e os consumidores podem estar preferindo produtos personalizados a bens produzidos em massa, criando assim oportunidades para empresas ainda menores (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997). O autor referenciado cita ainda que:

Como parte da comunidade empresarial, as pequenas empresas contribuem inquestionavelmente para o bem-estar econômico da nação. Elas produzem uma parte substancial do total de bens e serviços. Assim, sua contribuição econômica geral é similar aquela das grandes empresas. As pequenas empresas, entretanto, possuem algumas qualidades que as tornam mais do que versões em miniatura das grandes corporações. Elas oferecem contribuições excepcionais, na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997, p. 34).

As micro e pequenas empresas surgem no mercado e trazem benefícios, pois gera desenvolvimento. De acordo com o SEBRAE (2012, p.29) “O bom desempenho da economia brasileira no período 2000-2011, aliado às políticas de crédito, impulsionou o crescimento das micro e pequenas empresas (MPE) no país e confirmou sua expressiva participação na estrutura produtiva nacional”.

A participação da MPEs é distribuída no mercado em todos os setores de atividades. Assim, Longenecker, Moore e Petty (1997) afirma que as empresas pequenas operam em todos os setores, mas diferem economicamente em sua natureza e importância de um setor para o outro. O IBGE (2003, p. 17) considera que:

Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte.

É notável a participação dessas empresas no contexto social, promovendo o aumento de empregos e diminuindo o número de desempregados no país. Pesquisas constataam “que os pequenos negócios continuaram a sustentar a criação de empregos no país, respondendo por praticamente 90% do total de empregos gerados [...]”. (SEBRAE 2013, p. 4).

Na sociedade a influência provocada pelas organizações é constante, elas fazem parte da vida das pessoas a partir do momento que nascem. Para que as empresas mantenham-se no mercado competitivo elas precisam mostrar-se eficientes, assim:

A existência contínua de pequenas empresas em um sistema econômico competitivo é, em si, evidência de operação eficiente da pequena empresa. Se as empresas pequenas fossem irremediavelmente ineficientes e não oferecessem nenhuma contribuição, seriam forçadas a sair dos negócios rapidamente pelos concorrentes mais fortes. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997, p. 39).

Com a competitividade no mercado, os pequenos empreendimentos aumentam, impactando de forma expressiva a economia brasileira, seja gerando mais empregos, arrecadando mais impostos, melhorando a renda ou aumentando o bem estar. A sobrevivência dessas micro e pequenas empresas têm aumentado podendo ser verificada uma taxa de 75,6%, das empresas constituídas em 2007, nível superior ao verificado no grupo das empresas constituídas em 2005 e 2006, cujas taxas de sobrevivência foram, respectivamente, 73,6% e 75,1%. (SEBRAE, 2013).

O que se tem constatado é que, “independentemente do nível de desenvolvimento de qualquer país, as micro e pequenas empresas têm uma substancial importância em seu processo evolutivo, contribuindo significativamente para este, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social político”. (VIAPIANA, 2001, p. 7.).

As micro e pequenas empresas têm como características gerais ser empresas onde os investimentos iniciais são, na sua maioria, oriundos do empreendedor ou familiares e amigo. (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010).

O IBGE (2003) apresenta como atributos das MPEs, baixa intensidade de capital; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão de obra; utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte. Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 39) apontam que:

Novas contribuições a teoria da organização e operação de negócios sugerem que as empresas pequenas são menos afetadas pelas estruturas de tomadas de decisões complexas, multiescalonadas, quem inibem a flexibilidade e a produtividade de muitas empresas grandes. Uma vez que os donos de pequenas empresas frequentemente são também seus gerentes, é menos provável que elas sejam afetadas adversamente pela separação entre interesses dos proprietários e do controle gerencial [...].

Um ponto ressaltado por Lemes Júnior e Pisa (2010) é a falta de capacitação profissional que os gestores das micro e pequenas empresas apresentam, apontando como causas, a existência elevada do empreendedorismo por necessidade e devido à quantidade de empresas familiares não disporem de gestão profissional.

O Sebrae – SP (2006) afirma que parte expressiva desse tipo de empreendimento é de caráter familiar, ou seja, forte influência do fator família na gestão do negócio. Diante desse aspecto, Fernandes Filho et. al. (2010, p.2) diz que “as empresas familiares são formas predominantes de empresas em todo o mundo. Nas economias capitalistas, a maioria das empresas se inicia com as ideias, o empenho e o investimento de indivíduos empreendedores junto com seus parentes”. Existe, portanto, interesses familiares no negócio, que segundo Longenecker, Moore e Petty (1997), isso complica o processo gerencial da empresa, no qual poderá haver interferências pessoais na gestão.

“Na maioria dos casos, o fundador é quem se responsabiliza por todas as funções: cuida das finanças, das compras, dos fornecedores, das vendas, da administração dos funcionários e das negociações com bancos” (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010, p. 50).

A uma sobrecarga de atividades realizadas pelo gestor, sendo ele o responsável pela maioria do trabalho, o impedindo de elaborar um planejamento adequado ou até mesmo deixando de avaliar o desempenho do empreendimento.

Os envolvimento dos membros da família podem ser considerados um ponto positivo, pois trata de questões que envolvem a vida familiar.

As microempresas e empresas de pequeno porte como toda e qualquer organização são possuidoras de diversas características, assim os fatores culturais e afetivos fazem parte da sua estrutura organizacional, estando agregados na gestão.

3.1 Simples Nacional

O impacto da legislação sobre qualquer empresa é bastante forte, podendo este ser um fator que implica na administração de uma entidade. Com uma política tributária mais justa e flexível é possível criar um empreendimento atendendo os dispositivos legais.

São estabelecidos as micro e pequenas empresas procedimentos que divergem das empresas de grande porte, com o propósito de estimular a participação desses empreendimentos. Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 179 que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 1988).

Assim, surge o SIMPLES Nacional, um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, englobando todos os entes federativos. É um regime facultativo e irretratável por todo ano calendário, abrangendo os tributos relativos ao IRPJ, CSLL, ICMS, ISS, PIS/PASEP, COFINS, IPI e CPP. O pagamento do Simples nacional é realizado por meio do documento único de arrecadação – DAS – extraído diretamente do site e com prazo de recolhimento até o dia 20 do mês subsequente. (SIMPLES NACIONAL, 2013).

Esta lei dispõe como princípios, a geração de emprego, distribuição de renda, redução da informalidade, incentivo ao crescimento das empresas, ampliação da competitividade e desenvolvimento da economia. Apresenta como objetivos, estabelecer forma diferenciada, simplificada e regime único de recolhimento de impostos e contribuições dos entes federativos. Busca estimular a formação das micro e pequenas empresas de pequeno porte, reduzir o cumprimento de obrigações trabalhistas, proporcionar meios de acesso ao crédito, as novas tecnologias e aos mercados, criar o cadastro integrado, simplificar a abertura e baixa de empresas, incentivar o associativismo e instigar a utilização de mediação e arbitragem. (LEMES JÚNIOR;PISA, 2010).

Logo, as Micro e pequenas empresas recebem tratamento diferenciado, são amparadas por leis que auxiliam o seu funcionamento e simplificam o cumprimento das obrigações legislativas.

4 CONCEITO E OBJETIVO DA GESTÃO FINANCEIRA.

As finanças é um campo amplo e interfere tanto nas vidas das pessoas como também das organizações, em que seus princípios básicos podem ser aplicados em qualquer tipo de empresa. Finanças é o processo de administrar o dinheiro. (GITMAN, 2010).

Lemes Júnior e Pisa (2004, p. 111) conceitua administração financeira como “a área da administração responsável por assegurar a saúde econômica e financeira da empresa, mitigar seus riscos e aumentar seu valor”.

O conhecimento sobre finanças proporciona responder questões básicas que surgem quando se pretende abrir um negócio, como em que tipo de investimento deve-se aplicar os recursos, como obter financiamento e como administrar atividades cotidianas, como cobrança e pagamento a fornecedores. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN 2011).

É a administração financeira que gere todos os processos relacionados com as finanças da empresa, a partir dela a organização tomará decisões seguras e capazes de minimizar prejuízos.

Hoji (2011, p. 11) afirma que:

O objetivo econômico e financeiro de uma empresa é a maximização de seu valor de mercado, por meio de geração contínua de lucro e caixa no longo prazo, executando as atividades inerentes ao seu objetivo social, pois com o aumento do valor da empresa, o proprietário da empresa (acionista de uma sociedade anônima, cotista de uma sociedade por cotas ou o proprietário de uma empresa individual) aumenta sua própria riqueza.

Gitman (2010) e Hoji (2011) considera que a empresa é um sistema que gera lucro, tem como objetivo maximizar a riqueza dos proprietários, havendo para isso uma interação com o ambiente onde está inserida.

Para ocorrer o aumento da riqueza dos proprietários, o gerenciamento das finanças de uma empresa é fundamental, considerando ser necessária a utilização de técnicas e conhecimentos sobre essa área. Portanto, nesse aspecto a figura de uma pessoa responsável pela gerência das atividades financeiras é essencial.

Hoji (2010, p. 17) menciona que:

O gestor financeiro (ou administrador financeiro) tem papel fundamental em uma organização, seja ela empresa ou família, pois é a pessoa que vai planejar e controlar os recursos financeiros e orientar quanto a melhor forma de conduzir as atividades operacionais de curto e longo prazo, com base em conhecimentos técnicos e visão global do negócio.

Ele representa o papel central nas operações da empresa, possuindo como principais atividades a tomada de decisões sobre investimento e financiamento (GITMAN, 2010). O administrador financeiro serve para identificar os melhores serviços e produtos que são capazes de majorar o valor do capital próprio do dono e de agregar valor a empresa. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN 2011).

4.1 A contribuição da contabilidade para a gestão financeira

As atividades financeiras estão ligadas a outras atividades e apresentam diversos conceitos básicos que devem ser conhecidos para o auxílio da administração do negócio. Ross, Westerfield e Jordan. (2011 p. 36), afirmar que “a área de finanças interage com outras áreas” incluindo entre elas a contabilidade.

De acordo com Lemes Júnior e Pisa (1997) o conhecimento de conceitos de receita, despesas, custos, gestão de caixa e contabilidade são fundamentais nas finanças.

Gitman (2010, p. 9) reconhece que:

As atividades de finanças (tesoureiro) e contabilidade (controller) estão intimamente relacionadas e, via de regra, se sobrepõem. Na verdade, muitas vezes é difícil distinguir a administração financeira da contabilidade. Nas empresas de pequeno porte, o controller, com frequência executa a função financeira e, nas maiores, muitos contabilistas estão fortemente envolvidos com diversas atividades financeiras.

As finanças e a contabilidade dentro do cenário empresarial caminham juntas, ao modo que uma depende da outra para desenvolver seus serviços.

É necessário que os contadores entendam de finanças para compreender as implicações geradas por essa área na elaboração dos demonstrativos contábeis (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2011).

“Os administradores financeiros fazem uso intensivo das informações contábeis: estão entre seus usuários mais importantes.” (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2011, P. 37).

O trabalho realizado pela contabilidade transmite informações para a área financeira, assim como as atividades desempenhadas pelas finanças são também relevantes e significativas para a elaboração dos dados contábeis. Uma boa administração financeira exige registros contábeis confiáveis para que a partir destes possam tomar decisões de investimento, financiamento e gerir resultados. (FERNANDES FILHO, et. al. 2010).

5 GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Como toda organização, as micro e pequenas empresas carecem também de uma boa gestão financeira. Lima (2005) considera que o micro e pequeno empresário, para atuar no mercado e alcançar lucro, precisa ter consciência da necessidade de manter uma administração financeira organizada, pois inúmeras pequenas empresas entram em dificuldades por questões relacionadas ao desconhecimento das finanças. Portanto os pequenos empresários conseguirá sucesso se obtiver conhecimento e praticar uma boa gestão financeira.

Oliveira (2005, p. 13) afirma que:

[...] para cuidar da gestão financeira, o empresário precisa lidar com números e informações o tempo todo. Se a empresa tem números confiáveis, ele consegue informações para tomar decisões. As informações financeiras que o empresário precisa para tomar decisões são obtidas por meio dos controles financeiros.

Os controles financeiros transmitem os dados que oferece suporte para o gestor administrar de forma correta e com segurança o negócio. É através da boa administração desses controles que a empresa mantém as finanças organizadas.

Conforme o Sebrae/SC (2013):

Os controles financeiros fornecem melhor visualização e permitem análises mais acuradas da movimentação futura de entrada e saída de recursos financeiros. Seu uso permite um gerenciamento eficiente, evitando concentração de vencimentos de obrigações assumidas pela empresa em datas nas quais não há entrada de recursos financeiros para esses pagamentos. Embora sejam controles muito eficazes, são pouco utilizados pelos empresários de pequenos empreendimentos e do comércio varejista em geral.

É verificado que a gestão dos controles de caixa e banco, de contas a pagar, contas a receber e estoques são essenciais para a gestão financeira das microempresas e empresas de pequeno porte, pois sem o gerenciamento dessas contas o empresário terá dificuldades. (OLIVEIRA, 2005).

Assim, a organização e a gestão dos controles financeiros são fundamentais para a saúde financeira e tomada de decisões de uma empresa.

5.1 Gestão do caixa

O caixa é um instrumento de grande relevância, pois é onde consta toda movimentação de entrada e saída de recursos financeiros gerados pelas operações e produções da organização.

O Sebrae (2006) e Oliveira (2005) referem-se ao controle do caixa como o registro de todas as entradas e saídas de dinheiro e apuração dos seus saldos que deverá ser realizado diariamente.

Quando existe saldo negativo no caixa é sintoma de que problemas financeiros a empresa está passando. O controle do caixa busca lidar justamente com questões relacionadas à sobra ou insuficiência de caixa, procurando distribuir de forma adequada os saldos positivos. Vários fatores, como inadimplência dos clientes, queda nas vendas, prejuízo nas operações, desembolsos extraordinário, podem ocasionar o déficit do caixa. Nessas circunstâncias a sua manutenção é recomendável e medidas como antecipar o recebimento de duplicatas mediante o oferecimento de descontos, encurtar prazos de pagamentos, renegociar os pagamentos com fornecedores e prestadores de serviços, entre outros, podem ser tomadas para solucionar o problema. (SANTOS, 2010).

O controle do caixa fornece informações para controlar o dinheiro depositado no banco, controlar as despesas, fazer pagamentos e fornecer dados para a elaboração do fluxo de caixa. (OLIVEIRA, 2005).

Portanto, o controle de caixa é uma ferramenta que além de contribuir para a gestão das finanças, auxilia na elaboração do fluxo de caixa.

O fluxo de caixa é considerado por Santos (2010) “um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”. São projeções de possíveis movimentações de caixa que poderão ocorrer dentro da empresa.

Assaf Neto e Silva (2009) conceitua fluxo de caixa como sendo:

Um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

Assim, como Assaf Neto e Silva (2009), Lima (2005) também define fluxo de caixa como uma ferramenta que se encontra todas as entradas e saídas de dinheiro previstas e realizadas em suas atividades comerciais e financeiras, no qual o gestor pode tomar decisões seguras sobre a folga e necessidade financeira da empresa durante o período de tempo projetado.

O quadro 3 a seguir demonstra que o fluxo de caixa tornar-se importante para decisões gerenciais por permitir:

Quadro 3- informações relevantes obtidas a partir da elaboração do fluxo de caixa

1.	Comparar os totais de entradas e saídas de caixa de determinado período
2.	Permitir visualização antecipada quanto a se haverá escassez ou sobras de dinheiro.
3.	Identificar antecipadamente falta de capital de giro, permitindo negociação de taxas melhores do que aquelas obtidas em casos de urgência.
4.	Planejar as aquisições da empresa de tal modo que primeiro se receba dos clientes e, depois, se pague aos fornecedores (situação ideal).
5.	Possibilitar ou não concessão de prazos maiores de pagamento aos clientes.
6.	Identificar problemas de formação de preço de venda, caso as entradas do período não cubram os pagamentos respectivos.
7.	Identificar os melhores períodos para realizar as compras, em função dos prazos e capacidade de pagamento.
8.	Possibilitar aquisições a vista com melhores preços ou aplicações financeiras dos excedentes.

Fonte: Lemes Júnior e Pisa (2010, p. 117).

Para as MPEs a administração adequada do fluxo de caixa é uma questão de sobrevivência e expansão. (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010).

Por esse motivo, a elaboração e utilização desse instrumento são essenciais, pois garante a continuidade do negócio e seu crescimento. Portanto, os empresários devem estar atentos a sua administração, uma vez que boas decisões podem ser tomadas por meio das informações fornecidas por esse mecanismo.

5.2 Gestão de Contas a receber

As decisões de conceder e obter crédito causa impacto na receita e no fluxo de caixa das pequenas empresas. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Para Assaf Neto e Silva (2009, p. 107):

O crédito diz respeito à troca de bens presentes por bens futuros. De um lado, uma empresa que concede crédito troca produtos por uma promessa de pagamento futuro. Já uma empresa que obtém crédito recebe produtos e assume o compromisso de efetuar o pagamento no futuro. O resultado de uma operação de crédito refere-se ao compromisso assumido pelo comprador em quitar sua dívida. Este compromisso pode estar expresso num instrumento como duplicata a receber, a nota promissória, o cheque pré-datado, o comprovante de venda de cartão de crédito etc.

As contas a receber são representadas pelas duplicatas a receber, cartões de créditos e cheques pré-datados resultantes de vendas a prazo, no qual possuem liquidez imediata e o seu prazo de pagamento depende da política de crédito adotada pela empresa (LEMES JÚNIO E PISA, 2010). Essa política varia de empresa para empresa, não existindo uma política de crédito padrão a ser adotada por todos os empreendimentos (SANTOS 2010).

O quadro 4, a seguir, demonstra os principais elementos de uma política de crédito, de acordo com a visão de Assaf Neto e Silva (2010):

Quadro 4- Principais elementos de uma política de crédito

PADRÃO	Refere-se aos requisitos mínimos para que seja concedido crédito a um cliente.
COBRANÇA	Remete-se a toda técnica usada para o recebimento do crédito. Este crédito pode ser cobrado por intermédio de cartas, telefones, ações judiciais etc.
DESCONTO	Engloba padrões implantados para a redução nos preços das vendas, seja ela a vista ou a um prazo menor. O desconto pode acontecer para aumentar o fluxo de caixa, aumentar o volume de vendas, incentivar os pagamentos mais rápidos por parte dos clientes ou diminuir as variações que ocorrem em determinados períodos do ano nas vendas.
PRAZO	Corresponde o período estabelecido pela empresa para o pagamento da venda efetuada. A estipulação da quantidade de tempo que um cliente poderá pagar depende de diversos fatores, como a taxa de juros praticada no mercado, restrições legais, probabilidade de pagamento, entre outros.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto e Silva (2010)

Após ter sido definida a política de crédito, a empresa tem condições de analisar e permitir a concessão de crédito ao cliente. “A análise de crédito é uma técnica de previsão que permite a empresa vendedora estimar a capacidade de pagamento a curto prazo do pretendente ao crédito” (SANTOS, 2010). Através dessa análise é possível o cliente efetuar ou não a compra a prazo, e esse processo dar-se por meio de técnicas estabelecidas pela organização.

Uma técnica muito comum aplicada para avaliar o comprador é os cinco C`s do crédito. Conforme Gitman (2010), os cinco C`s são: Caráter, representando pelo histórico do cliente;

capacidade, análise da capacidade de honrar o crédito estipulado; capital, refere-se a posição financeira do solicitante, é uma relação entre a dívida do solicitante e seu patrimônio líquido; colateral, corresponde aos bens que serão oferecidos como garantia caso não haja o pagamento da dívida; e por último; condições, está vinculado com fatores externos (economia, política etc.) que possam provocar consequências para o cliente.

Assaf Neto e Silva (2010) cita ainda o sistema de pontuação como outra modalidade de análise de crédito. Segundo esse método, a pontuação é atribuída em variáveis que abrangem aspectos como localização, situação patrimonial, garantia, profissão etc. O procedimento mede a qualidade geral do solicitante do crédito e os pontos obtidos estabelece a aprovação do crédito.

Grande parte das micro e pequenas empresas não dedicam atenção a administração do crédito e problema relacionado a este fator torna-se difícil de ser controlada, por esse motivo a implantação e análise de crédito deve começar a partir da primeira venda e continuar durante todo o ciclo do crédito. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Com uma política de crédito definida e um processo de análise de crédito estabelecido, a empresa mantém controle das suas contas a receber e conseqüentemente ganha vantagens, pois as transformações dessas contas em recursos para o crescimento da empresa serão mais rápidas e problemas com a inadimplência podem diminuir.

5.3 Gestão do Estoque

Ao descrever gestão de estoque se faz indispensável referir sobre o objetivo de se fazer compras, em quem segundo Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 494) “é obter materiais, mercadorias, equipamentos e serviços necessários para atender as metas [...]”.

Toda organização precisa realizar compras e existem inúmeros passos para isso. O primeiro passo a ser dado é a requisição de compras, no qual a empresa solicita o que será comprado, em seguida deve-se localizar o fornecedor adequado, que ofereça boas condições de preços. Quando encontrado o fornecedor correto o próximo passo a ser dado é emitir o pedido da compra e logo após é necessário fazer seu acompanhamento, para assegurar a entrega pontual. Quando houver a entrega, o funcionário responsável pelo

recebimento tem que verificar se o pedido está conforme solicitado. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Todos esses passos são necessários para manter um controle sobre as compras e conseqüentemente sobre o estoque, que pode ser definido como “recursos adquiridos para a utilização futura, e que permanecerão na empresa até sua venda”. (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010).

O estoque representa o maior investimento dos pequenos negócios, é por isso a significativa importância de sua gestão (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997). A administração do estoque tem como propósito manter um nível suficiente de estoque para assegurar a satisfação dos clientes atendendo a demanda dos pedidos solicitados e no tempo certo. E, para operar economicamente, a administração deve aumentar o seu estoque caso os benefícios excedam os seus custos de manutenção adicional. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1998).

Buscando o entendimento de uma melhor gestão de estoque, Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 572) destacam que:

Alguns administradores de pequenas empresas tendem a comprar estoque em excesso. Há diversas causas possíveis para esse tipo de comportamento. Em primeiro lugar, o entusiasmo do empresário poderá fazê-lo prever demanda acima do que seria realista. Em segundo lugar, a personalização do relacionamento empresa-cliente poderá motivar o administrador a fazer estoques de tudo o que os clientes desejam. Em terceiro lugar, o empresário excessivamente consciente de preço pode dar valor excessivo ao apelo do fornecedor – “compre agora, os preços estão subindo”. Fazer estoque não é algo mau em si. Entretanto, fazer estoques com administração inadequada e sem controle poderá resultar em aumento substancial dos custos, criando uma perda de recursos para a pequena empresa. Os administradores devem praticar restrições sobre o estoque.

O descontrole no momento de estocar pode prejudicar as finanças do empreendimento, dessa forma, as compras têm que ser em quantidades certas e em ocasiões certas.

5.3.1 Técnicas de administração de estoque

Para gerir o estoque há diversas técnicas disponíveis e eficazes. Gitman (2010) destaca quatro técnicas mais comuns utilizadas pelas empresas.

Quadro 5- Técnicas para gerir estoque

TÉCNICA	DESCRIÇÃO
Sistema ABC	Os estoques são classificados em três grupos: A, B e C. No grupo A encontram-se os itens de maior investimento, e eles costumam ser monitorados com maior frequência, verificando diariamente o nível de cada um deles. O grupo B, está os itens com o segundo maior investimento e são verificados periodicamente. O grupo C é representado pelos itens que exigem investimento pequeno e o seu monitoramento não requer tanta atenção. Compreende uma quantidade de itens significativa do estoque.
Modelo do lote econômico (EOQ)	É um modelo que determina o tamanho ideal do pedido de itens do estoque. Os custos do estoque são divididos em custos de pedido (resultante de custos administrativos fixos de colocação e recebimento de pedidos) e custos de carregamento (abrange os custos de armazenagem, seguro, deterioração e obsolescência e são variáveis de item para item). O modelo EOQ analisa a compensação entre custos de pedido e custos de carregamento, com a finalidade de determinar o tamanho do pedido que minimiza o custo total do estoque.
Sistema Just-in-time (JIT)	O objetivo deste modelo é minimizar o investimento em estoque. Os materiais devem chegar exatamente quando necessitar e para isso é necessário existir uma coordenação entre a equipe da empresa, os fornecedores e as transportadoras, garantindo assim, que os itens cheguem a tempo de satisfazer a necessidade dos clientes.
Sistema de planejamento de necessidades de matérias (MRP)	Esse sistema determina a quantidade de materiais a serem pedidos, quais e quando devem ser pedidos. Através de um computador simula a situação do estoque, simula a lista de materiais e a produção de cada item. Tem como objetivo diminuir o investimento no estoque sem prejudicar a produção da empresa. O sistema computacional compara as necessidades da empresa com o estoque disponível.

Fonte: Adaptado de Gitman (2010)

Por ser considerado um dos grandes investimentos da empresa, o estoque, precisa ser acompanhado diariamente, pois sua administração evita desperdiçar dinheiro em compras desnecessárias reduz o número de produtos que estão sem girar, promove melhores preços, satisfaz o cliente por ter demanda suficiente para alcançar suas necessidades, identifica as mercadorias que tem maior influência nos resultados financeiros, entre outros diversos benefícios.

5.4 Gestão de contas a pagar

São obrigações assumidas com fornecedores ou terceiros em geral, através de compras a prazo, representadas por títulos de crédito e estes ainda não pagos pela empresa. (LEMES JÚNIOR;PISA, 2010).

As contas a pagar podem ser consideradas empréstimos sem juros que os fornecedores oferecem as empresas. Há, portanto, um crédito no qual não existirão despesas de juros a serem consideradas. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1998).

A empresa deve possuir como propósito retardar o máximo o pagamento das contas a pagar, com a finalidade de manter dinheiro no caixa. Entretanto, este retardamento não deve prejudicar o contrato firmado com os fornecedores, ocasionando com isso a falta de crédito no mercado, e outra desvantagem provocada por essa extensão de pagamento é o não aproveitamento de descontos financeiros oferecidos pelos credores. (GITMAN, 2010).

Uma questão que surge no momento das compras a prazo está associada à aceitação ou não de descontos proporcionados pelos fornecedores no instante da entrega da compra ou poucos dias depois de transferir a fatura. Na aceitação do desconto, o benefício tem que exceder o custo, caso seja menor, recomenda-se liquidar as contas a pagar no último dia estipulado na fatura. (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1998).

As contas a pagar estão diretamente ligadas ao fluxo de caixa e sua administração depende de negociações e prazos junto aos fornecedores. Em caso de dificuldades financeiras os empresários podem recorrer a negociações para estender o prazo de pagamentos na busca de solucionar o seu problema (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

Boas práticas de gestão de contas a pagar geram inúmeros benefícios para a empresa, à medida que há um maior controle sobre os compromissos assumidos com terceiros. Com a implantação dessas práticas, linhas de créditos no mercado podem aumentar por consequência da empresa honrar com seus compromissos, as contas são pagas em dias, evitando assim o surgimento de juros e multas por atraso, a empresa irá gastar apenas o necessário e não precisará fazer muitas dívidas e o administrador terá o poder de criar estratégias relacionadas às vantagens de pagar antecipado e aproveitar os descontos ou alongar o pagamento.

Além desses diversos fatores favoráveis, um controle correto sobre as contas a pagar gera informações para o fluxo de caixa, alimentando-o diariamente a respeito de todas as saídas que serão feitas pelo caixa da empresa e auxiliando na elaboração de fluxos futuros.

6 CAPITAL DE GIRO

A palavra 'giro' corresponde aos recursos de curto prazo de uma empresa, de modo geral possui liquidez imediata, capazes de serem transformados em caixa no período máximo de um ano. Os elementos que formam o giro são representados pelas contas que constitui o ativo circulante, especificamente, as disponibilidades, estoques e contas a receber, e o passivo circulante, composto pelas contas a pagar em geral. (ASSAF NETO; SILVA, 2009).

O capital de giro, também conhecido como capital circulante são os recursos de renovação rápida e corresponde ao ativo circulante da empresa, representado pelas principais contas, como as disponibilidades, contas a receber e estoques. (SANTOS, 2010).

Assaf Neto e Silva (2009, p.15) trata o capital de giro como “recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado”.

Este recurso varia de acordo com a quantidade de vendas, política de crédito adotada e nível de estoque da empresa. Um aumento nas vendas causa como consequência, o aumento do estoque e das contas a receber, provocando a expansão do capital de giro, esse fator é considerável normal, pois é necessário para o crescimento das vendas. Mas, caso ocorra um acréscimo de capital de giro em decorrência do aumento de estoque, sem existir o aumento de vendas, essa situação não é adequada para a empresa. (SANTOS, 2010).

Para a gestão do capital de giro é estudado o nível adequado de estoques, os investimentos aplicados nas contas a receber, o gerenciamento do caixa e a administração das contas a pagar, de forma consistente com os objetivos declarado pela empresa. (ASSAF NETO; SILVA, 2009).

O capital de giro está associado às operações da empresa por ser um recurso indispensável para a sua manutenção e ele varia conforme o porte e a produção dos empreendimentos. A correta administração das contas de curto prazo contribui para a sua gestão e conseqüentemente, agrega valor a empresa, pois terá recursos suficientes para manter as atividades normais em pleno funcionamento.

6.1 Capital de giro líquido

O capital de giro líquido ou capital circulante líquido (CCL) é encontrado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Através desse cálculo é possível saber a folga financeira da empresa. (ASSAF NETO; SILVA, 2009).

É calculado pela fórmula:

$$\text{CCL} = \text{ativo circulante} - \text{passivo circulante}$$

“Quando o ativo circulante supera o passivo circulante, a empresa tem capital de giro líquido positivo. Quando o primeiro é inferior ao segundo, tem-se capital de giro líquido negativo” (GITMAN, 2010, p. 547). Isso implica dizer que quando a empresa tem um ativo circulante que ultrapassa o passivo circulante, maior é a sua capacidade de pagar as contas.

6.2 Ciclo operacional

O ciclo operacional começa com a compra de matéria – prima para a produção (indústria) ou compra de mercadorias (comércio e serviços) e termina com o recebimento da venda do produto acabado ou da mercadoria vendida. Esse ciclo representa toda a fase operacional do negócio, produção – venda – recebimento. (NETO; SILVA, 2009). Veja a figura a seguir que ilustra o ciclo operacional.

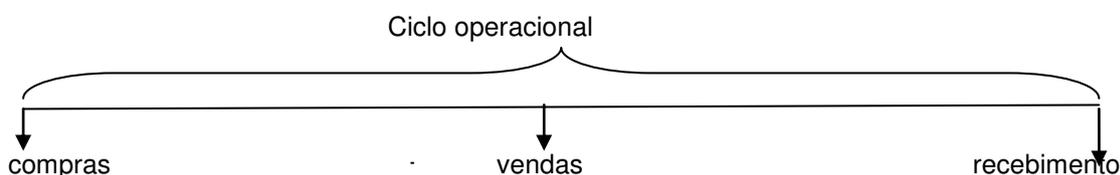


Figura 1 - Ciclo operacional
Fonte: Santos (2010).

O ciclo operacional varia conforme o setor de atividade da empresa e suas características, podendo ser longos para alguns negócios e curtos para outros. A sua avaliação é importante para o controle gerencial, pois a partir dele é possível conhecer o tempo que as operações levam para se desenvolver dentro da empresa.

6.3 Ciclo econômico

Os autores Assaf Neto e Silva (2009) e Lemes Júnior e Pisa (2010), afirmam que esse ciclo inicia-se com a compra de matérias – primas ou mercadorias e termina com a venda do produto ou mercadoria. Ele mostra o período de renovação do estoque e não analisa os prazos de recebimento e pagamentos ocorridos no ciclo operacional. Observe a figura 2 abaixo e sua representação do ciclo econômico.

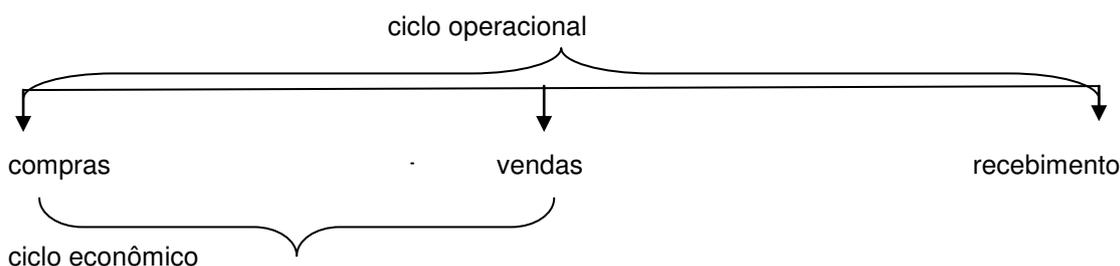


Figura 2 - Ciclo econômico
Fonte: Adaptado de Santos (2010)

O conhecimento do ciclo econômico auxilia no controle de estoque, permitindo observar o tempo de duração que as mercadorias ou matérias-primas levam para girar dentro do estoque da empresa.

6.4 Ciclo financeiro

O ciclo financeiro é representado pelo recebimento das vendas e pelo pagamento aos fornecedores. Neste ciclo são considerados os eventos financeiros ocorridos no ciclo operacional (SANTOS, 2010). A figura 3 abaixo representa o ciclo financeiro:

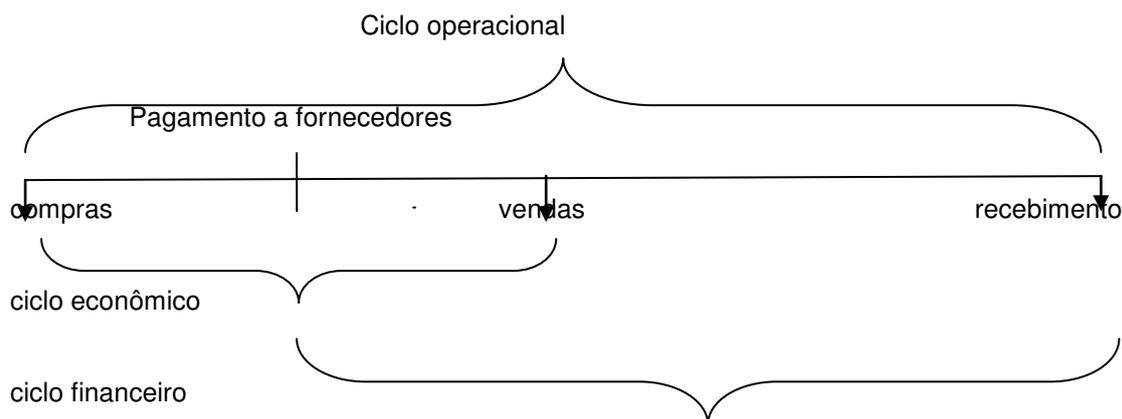


Figura3 - Ciclo financeiro

Fonte: Adaptado de Santos (2010)

Este ciclo representa o ciclo de caixa, no qual ocorrem todos os desembolsos e recebimentos e há uma associação com o ciclo econômico. Por exemplo, se o ciclo econômico for longo, ou seja, as mercadorias demorarem em sair do estoque, a empresa irá efetuar mais pagamento aos fornecedores em função das compras de mercadorias, e a ocorrência do recebimento será mais longa, ocasionando um ciclo de caixa também longo. Haverá mais rapidez nas saídas dos recursos e um período de tempo superior nas entradas de caixa. O ideal é receber mais rápido e retardar os pagamentos, sendo necessário para isso existir uma conciliação entre o ciclo econômico e o ciclo financeiro, fazendo com que o estoque gire mais rápido e em consequência os recebimentos também serão imediatos.

6.5 Necessidade de capital de giro

Para determinar a necessidade de capital de giro é imprescindível conhecer o processo operacional da empresa (SANTOS 2010). “[...] a necessidade de investimento em capital de giro depende fundamentalmente do volume de atividade (produção e vendas) da empresa e de seu ciclo financeiro, definido pelas características da natureza de seus negócios e sazonalidades [...]”. (ASSAF NETO; SILVA, 2009, p. 64).

O conhecimento do ciclo operacional ajuda o empresário a identificar a quantidade de capital de giro necessário para manter as atividades empresariais em pleno funcionamento. Conforme destaca Santos (2010), a necessidade de capital de giro pode ser encontrada a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Necessidade de capital de giro} = \text{Ativo operacional circulante} - \text{passivo operacional circulante}$$

O ativo circulante operacional é constituído pelas contas que afetam a atividade operacional da empresa, como o estoque, contas a receber entre outras. Da mesma forma que o passivo circulante operacional é também composto por contas que interferem na operacionalidade da empresa, como as contas a pagar. (SANTOS, 2010).

De acordo com Santos (2010) apud Oliveira et. al. (2009) a empresa para sobreviver precisa acompanhar de forma contínua a necessidade de capital de giro, devido este fator variar de acordo com as mudanças sucedidas no negócio, precisando o gestor dedicar maior esforço a sua gestão.

6.6 A influência do capital de giro nas pequenas empresas

Para permanecer no mercado, as pequenas empresas necessita acompanhar as oscilações advindas de fatores externos, como variações de taxas de juros, moeda, legislação etc., e internos, funcionários, finanças entre outras. Questão associada à gestão de capital de giro é um dos fatores que requer máxima atenção, pois conforme Zouain (2011, p. 882) um “fator relevante para o sucesso das micro e pequenas empresas é ter um bom gerenciamento do capital de giro. Esse fator mal administrado leva tal segmento a seu fechamento [...]”.

Um problema que afeta as pequenas empresas é a presença de um mau planejamento financeiro, em especial a falta de gerenciamento do capital de giro, podendo isso causar o fechamento do negócio. O empresário precisa manter o controle e administrar corretamente as contas de curto prazo para conseguir manter recursos suficientes para assegurar a continuidade das atividades empresariais. (HENRIQUE, 2008).

As dificuldades das microempresas e empresas de pequeno porte podem ser supridas por meio da existência do capital de giro. Por ser considerado um recurso de elevada importância, os gestores financeiro dedicam bastante atenção a sua administração, podendo este contribuir para o sucesso dos empreendimentos. (ZOUAIN, 2011).

Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 553) afirmam que “nenhum tema financeiro é isoladamente mais importante para a pequena empresa do que a administração do capital de giro, isto é o gerenciamento de curtos prazos e das fontes de financiamento a curto prazo da empresa”.

Considerando o capital de giro como uma alternativa de sobrevivência e desenvolvimento, a sua administração deve ser uma das prioridades do pequeno empresário. Para isso o controle e a gestão das contas do ativo circulante e do passivo circulante permite a manutenção de um nível capaz de suprir as operações da empresa e ainda pode auxiliar no seu crescimento, ocasionando folga financeira que permite fazer novos investimentos.

7 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Para a tomada de decisões o empresário das MPEs possui a sua disposição uma série de instrumentos que geram informações acerca das operações do negócio (LEMES JUNIOR; PISA, 2010). Essas informações devem ser precisas, significativas e oportunas para o administrador conseguir tomar boas decisões. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997).

A contabilidade como um instrumento que apoia e fornece subsídios para a administração da empresa, apresenta como objetivo básico, de acordo com Ludícibus (2009, p. 7), “o fornecimento de informações econômicas para os usuários, de forma que propiciem decisões racionais”. Assim, o gestor, baseado nas informações transmitidas pela contabilidade é capaz de tomar decisões adequadas que possibilite a continuidade e o crescimento da empresa.

Essas informações contábeis são fornecidas através das demonstrações contábeis, que apresenta a seguinte definição conforme o CPC 26 (tópico 9):

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Amparado pelas demonstrações contábeis, o empresário conseguiu reter informações suficientes sobre a situação do seu empreendimento, em níveis econômicos e financeiros, conseguindo assim, formar uma opinião mais precisa dos padrões que poderão ser adotados para administração do negócio.

7.1 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis disponível para o gestor extrair informações, segundo Silva (2012), esta demonstração “representa de formar quantitativa e qualitativa a posição financeira e patrimonial da empresa” [...].

A lei das S/A estabelece em seus artigos 178 a 185 a maneira como deve ser classificada as contas do balanço, conforme a norma, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, é composto pelo ativo circulante e o ativo não circulante; o passivo será classificado nos seguintes grupos, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido, este dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Para um ativo ser considerado circulante é necessário atender alguns dos critérios estabelecidos pelo CPC 26 (tópico 66 e 68):

- (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Porém, o ativo não circulante deve compreender aos ativos realizados a longo prazo (direitos realizável depois que termina o exercício seguinte), como investimento (participações permanentes em outras sociedades e outros direito que não se classificam no ativo circulante e não são destinados para a manutenção da atividade da empresa), imobilizado (bens corpóreos utilizados na manutenção das atividades do negócio ou tenha essa finalidade) e intangível (bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia e ou possua essa finalidade).(SILVA, 2012).

O CPC 26 (tópico 69 e 70) identifica como passivo aquele que apresentar qualquer um dos critérios:

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

O passivo não circulante é apontado como aquele que não manifestar nenhum critério que o caracterize como passivo circulante.

Por fim, o patrimônio líquido é constituído do “valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representam os valores aplicados no empreendimento pelos sócios quotistas ou acionistas e pelas reservas, lucros retidos ou prejuízos”. (SILVA, 2012, p. 45).

7.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

Outra demonstração contábil acessível para o administrador tomar como base nas suas decisões é a demonstração do resultado, que deve conter as receitas e despesas reconhecidas no período. Seguindo as determinações legais essa demonstração precisa conter os seguintes itens: receitas, custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos; lucro bruto; despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais; parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; resultado antes das receitas e despesas financeiras; despesas e receitas financeiras; resultado antes dos tributos sobre o lucro; despesa com tributos sobre o lucro; resultado líquido das operações continuadas; valor líquido dos seguintes itens: resultado líquido após tributos das operações descontinuadas; resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada; resultado líquido do período. (CPC 26, Tópico 81 e 82).

7.3 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

A demonstração de fluxo de caixa auxilia a tomada de decisões dos usuários por exibir informações sobre a capacidade de geração de caixa da empresa, detalhando os recebimentos e pagamentos ocorridos em determinado período. (ANJOS; ESPEJO; SCHERER., 2011).

De acordo com o CPC 03 (tópico 1) o objetivo da DFC é para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança de geração de tais recursos.

A DFC pode ser elaborada pelo método direto e indireto discriminando as variações ocorridas no caixa em três fluxos de atividades, o operacional (principais atividades geradoras de receita), de investimento (refere-se à obtenção e a venda de ativos de longo prazo e outros investimentos) e financiamento (atividade que provocam mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade). (SILVA, 2012).

No método direto é divulgado os recebimento e pagamentos das atividades operacionais pelos valores brutos. Já no método indireto, o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos, das transações que não envolvem caixa; de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. (CPC 03, tópico 20).

7.4 Índices financeiros

Para analisar o desempenho da empresa são utilizados diversos índices financeiros, de acordo com Gitman (2010), estes índices são classificados em cinco categorias: liquidez, atividade, endividamento, lucratividade e valor de mercado.

Dentre esses índices, o de liquidez permite avaliar a capacidade de a empresa pagar suas obrigações de curto prazo na data dos seus vencimentos, podem ser usados para avaliar a liquidez da empresa e monitorar o seu capital de giro. (SANTOS, 2010).

O quadro 6 seguinte detalha os índices de liquidez mais relevantes para analisar a solvência da empresa.

Quadro 6- Índices de liquidez

	FÓRMULA	DEFINIÇÃO
Índice de liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	Indica a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos financeiros de curto prazo. Quanto maior for esse índice, melhor será a situação financeira da empresa.
Índice de liquidez seca	$\frac{\text{Ativo circulante - estoques}}{\text{Passivo circulante}}$	É a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações de curto prazo, considerando seus ativos de maior liquidez. Para isso diminui o estoque, por ser reconhecido com a conta do ativo com baixa liquidez.

Fonte: adaptado de Santos (2010)

Alem dos índices classificados por Gitman (2010), Santos (2010) ainda considera os índices de estrutura, este está relacionado diretamente com o capital de giro, pois indicam a posição de cada elemento que constituem o capital de giro em relação ao valor total desse capital de giro.

As representações dos índices de estrutura estão distribuídos no quadro 7 seguinte:

Quadro 7 - Índices de estrutura

	FÓRMULA	DEFINIÇÃO
Índice de participação das disponibilidades	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Ativo circulante}}$	Indica o quanto representa as disponibilidades financeiras na estrutura do capital de giro.
Índice de participação dos estoques	$\frac{\text{Estoques}}{\text{Ativo circulante}}$	O quanto representa o estoque em relação ao capital de giro. Quanto mais elevado este índice, maior a imobilização do estoque e menos contas a receber.
Índice de participação de contas a receber	$\frac{\text{Contas a receber}}{\text{Ativo circulante}}$	Indica o quanto representa as contas a receber sobre o total do capital de giro. Quando é muito alto pode significar alto grau de inadimplência ou política de crédito agressiva.
Índice de financiamento	$\frac{\text{Financiamentos}}{\text{Ativo circulante}}$	Indica qual o percentual de capital de giro está sendo financiado por empréstimos bancários. Um índice baixo pode ser sinônimo de utilização de financiamento principalmente dos fornecedores em vez de linha bancárias.

Fonte: adaptado de Santos (2010)

Uma das principais funções das informações contábeis é propiciar ao administrador a capacidade de tomar decisões apoiados em dados seguros. Através das demonstrações contábeis e dos índices financeiros, o administrador tem informações apropriadas para analisar o desenvolvimento da empresa, promovendo com isso um melhor gerenciamento dos seus recursos e um avanço em suas operações.

8 ANÁLISE DOS DADOS

A análise é realizada através dos dados coletados por meio dos questionários aplicados, onde buscou destacar questões voltadas à verificação da gestão das micro e pequenas empresas. Os questionamentos aplicados dão ênfase à administração dos controles financeiros de curto prazo, sendo estes relevantes para a gestão do capital de giro, ao conhecimento do capital de giro e a utilização de informações contábeis nessas empresas.

8.1 Características das empresas

No tópico que abrange características da empresa é abordado duas questões sobre o setor de atividade e o porte da empresa, fazendo um levantamento prévio acerca das características básicas que compõem as empresas pesquisadas. Em relação ao setor de atividade, a maioria das empresas são comércios, representando 90% das empresas, conforme demonstrado no Gráfico 1

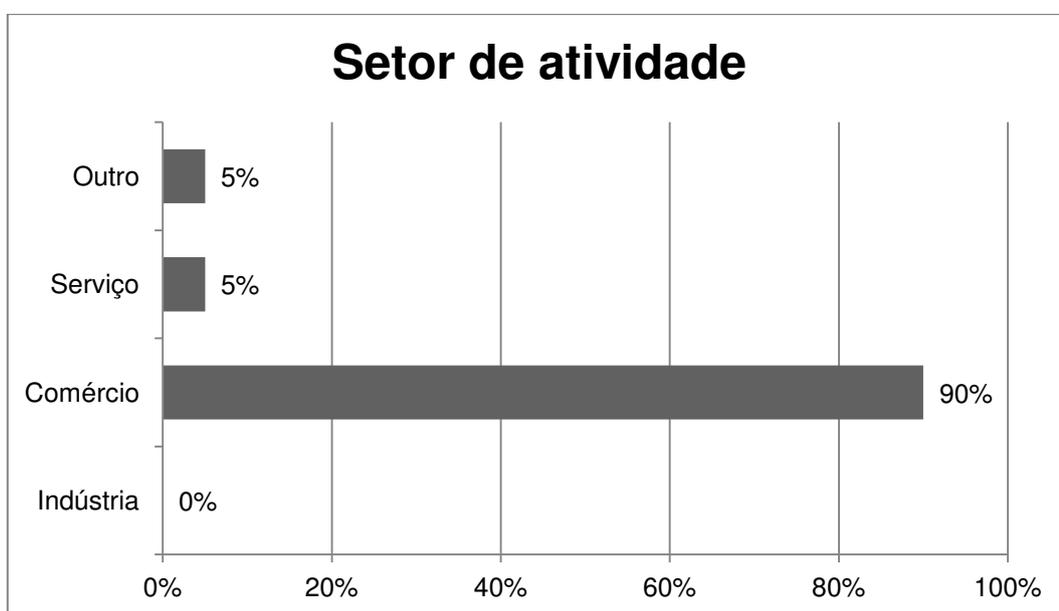


GRÁFICO 1 - Setor de atividade
Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Os resultados dos questionários demonstram que 65% das empresas são microempresa, 15% pequena empresa e 20% preferiram não responder (Gráfico 2). De acordo com a lei complementar 123/2006, que corresponde ao Estatuto Nacional das Microempresas e das

Empresas de Pequeno Porte, microempresa são aquelas que possuem receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e pequena empresa aquela que apresenta em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

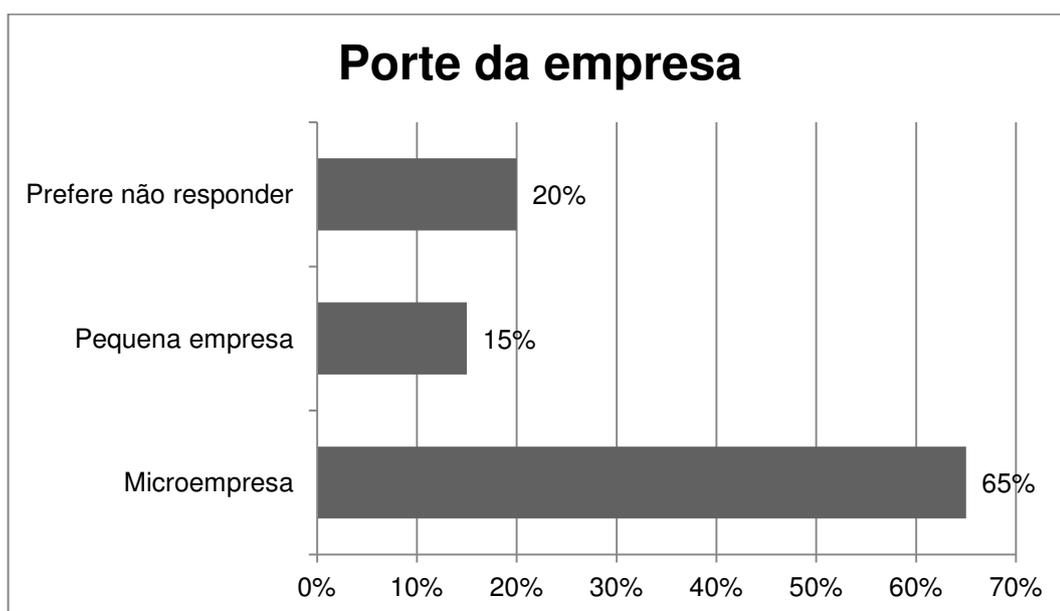


GRÁFICO 2 - Porte da empresa
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.2 Perfil do entrevistado

Neste tópico foram verificadas as principais características das pessoas que responderam o questionário, identificando pontos importantes acerca do perfil das pessoas que gerenciam ou que estão a frente das empresas, sendo o questionário dividido em quatro pontos básicos, que são apresentados a seguir.

A primeira questão, representado pelo Gráfico 3, diz respeito a quem respondeu o questionário, podendo observar que 80% dos respondentes destacam que são proprietários das empresas e 20% gerentes.

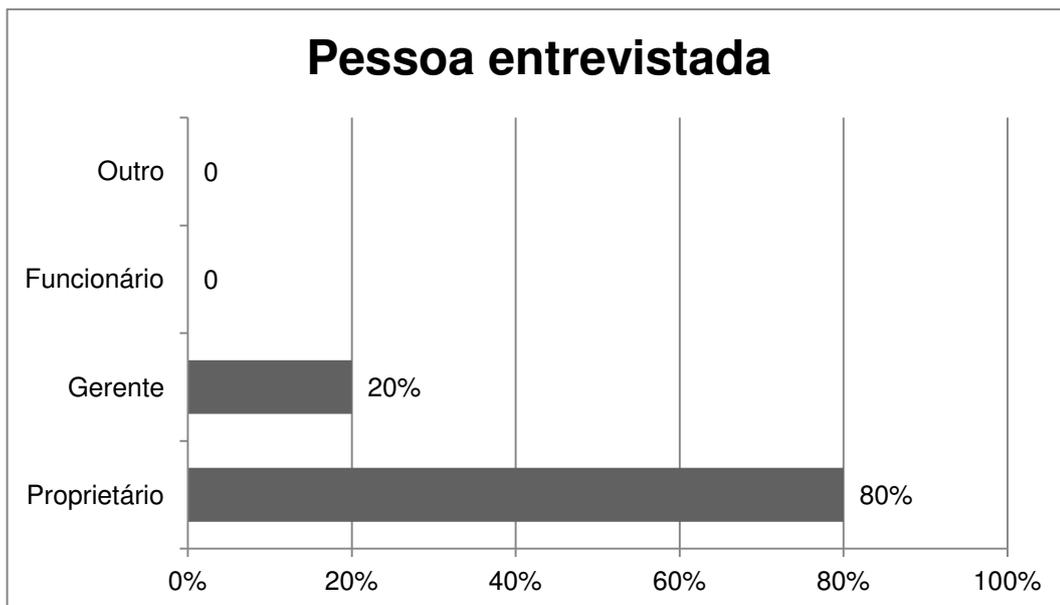


GRÁFICO 3- Pessoa entrevistada

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Já no segundo questionamento, verifica-se a escala de idade dos respondentes, constatando que 75% possuem idade entre 26 a 49 anos; 15% possuem idade entre 50 e 55 anos e 10% se enquadram na faixa etária de 56 a 60 anos (Ver Gráfico 4).

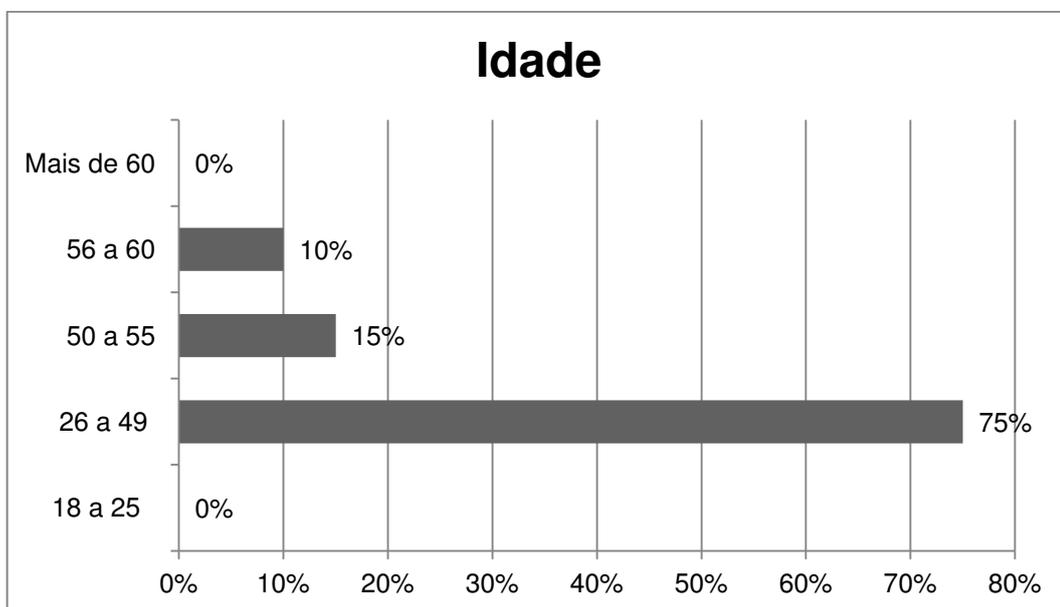


GRÁFICO 4 - Idade

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 5 se refere acerca do sexo do entrevistado e como resposta 60% apresentam ser do sexo feminino e 40% do sexo masculino, sendo perceptível com isso, uma maior presença feminina na gestão do negócio das empresas pesquisadas. Dados do SEBRAE

(2013) mostram o crescimento da participação da mulher empreendedora no Brasil, em que é verificado um aumento de 28,7% em 2001 para 30,8% em 2011.

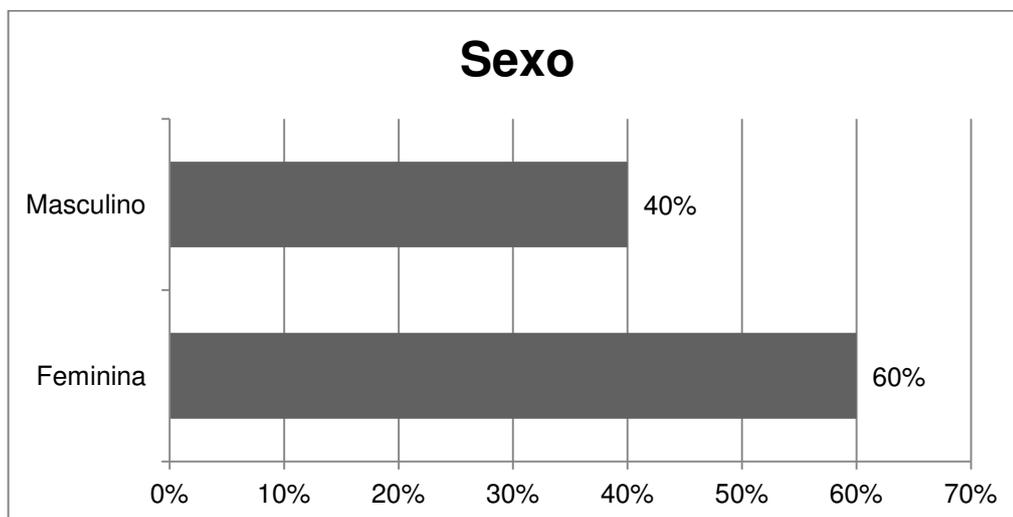


GRÁFICO 5 - Sexo
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A última questão dessa seção refere-se ao nível de escolaridade dos respondentes, logo, constatou-se na resposta que 45% dos respondentes possuem o nível médio completo, 45% o nível superior completo, 5% o nível médio incompleto e 5% o nível superior incompleto.

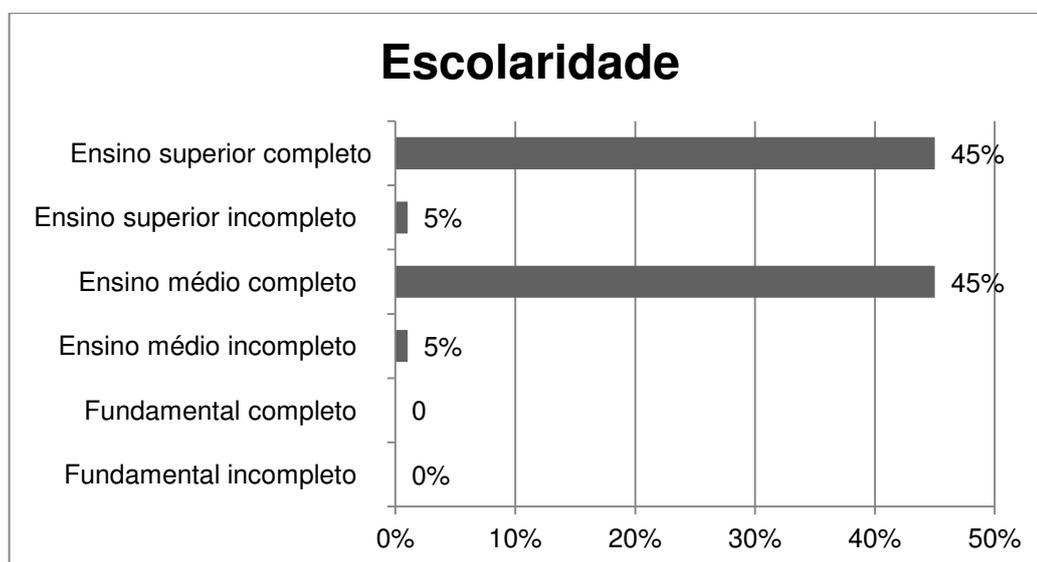


GRÁFICO 6 - Escolaridade
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.3 Controle do caixa

Na terceira etapa do questionário, na abordagem sobre o controle de caixa é realizado um conjunto de questionamento, entre as quais busca-se entender sobre a existência de pessoal responsável pelo caixa, a utilização de software ou planilha para o seu acompanhamento e sobre a frequência com que é feito o seu controle.

Com relação a existência exclusiva de alguém responsável pelo controle do caixa, foi constatado que 60% das empresas possuem pessoas exclusivamente responsável pelo caixa, mas já em 40% é observado não haver pessoal disponível só para o caixa (Gráfico 7), onde o responsável pelo caixa também desempenha outra função na empresa.

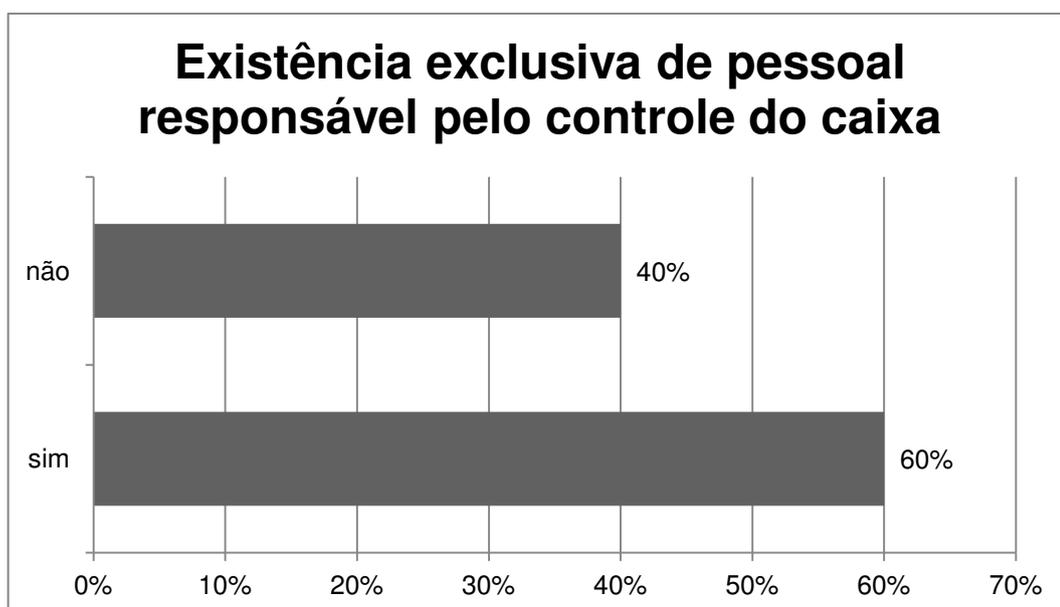


GRÁFICO 7 - Existência exclusiva de pessoal responsável pelo controle do caixa
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na segunda questão, demonstrado pelo Gráfico 8, busca-se uma abordagem acerca do responsável pelo controle do caixa, as respostas mostram 70% dos proprietários diz ser os responsáveis pelo controle do caixa da empresa, enquanto 15% é representado pelo gerente e os outros 15% por outro funcionário. É observado com isso, que das empresas que possuem alguém específico para o controle do caixa, resultado encontrado no gráfico 7, muito desses podem ser os proprietários, constatando assim uma forte presença do proprietário no controle do caixa, como também do acompanhamento do caixa pelo mesmo.

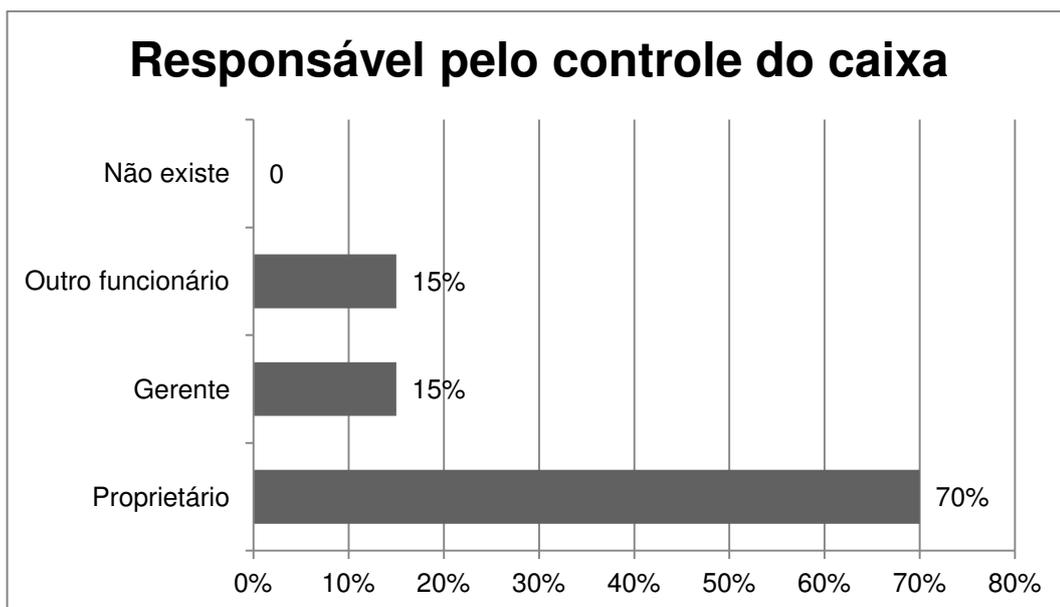


GRÁFICO 8 - Responsável pelo controle do caixa
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Outro questionamento abordado refere-se a existência de software ou planilha para fazer o controle de caixa. Dentre as 20 empresas, 45% demonstraram utilizar programas computacional ou usa planilha para fazer o controle de caixa, enquanto 55% das empresas não utilizam (Gráfico 9).

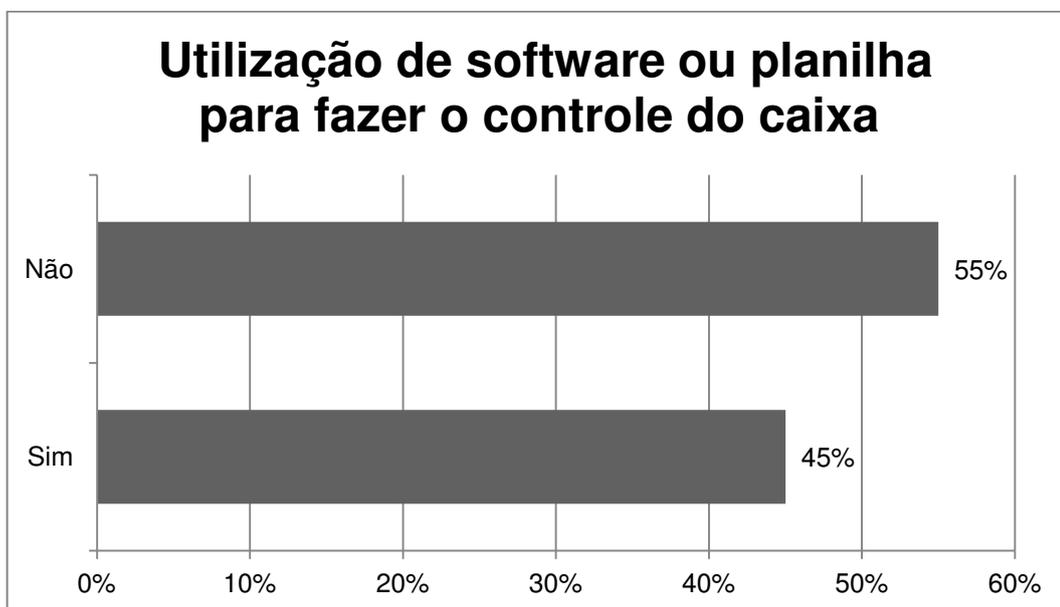


GRÁFICO 9 - Utilização de software ou planilha para fazer o controle do caixa
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O ultimo questionamento dessa seção, representado pelo gráfico 10, refere-se à frequência com que é feito o controle do caixa. 70% das empresas afirmam fazer o controle diário do caixa, já 25% respondem não fazer e 5% fazem semanais.

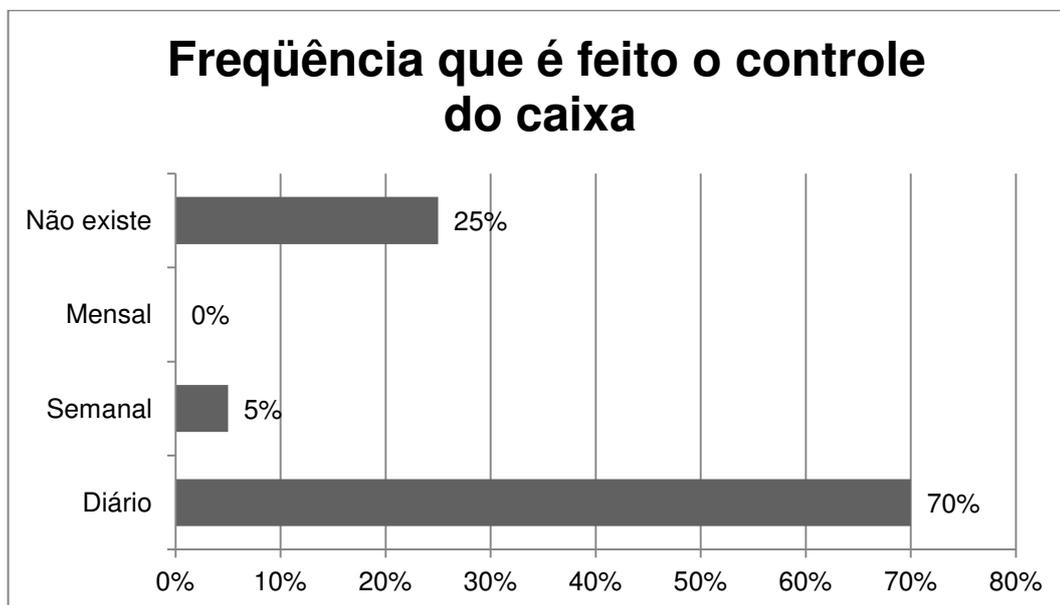


GRÁFICO 10 -Frequência que é feito o controle do caixa
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Diante da análise realizada sobre a frequência do controle do caixa é possível afirmar que aquelas empresas que realizam um controle diário, vão de acordo com a visão do Sebrae (2006) e de Oliveira (2005), que destacam que o controle do caixa como o registro de todas as entradas e saídas de dinheiro e apuração dos seus saldos, deverá ser realizado diariamente. Para as empresas que não realizam o controle do caixa, a administração do negócio pode ser complicada por não haver o conhecimento sobre a movimentação dos recursos da empresa e esse fato é afirmado quando os mesmos autores descrevem que o controle do caixa fornece informações para controlar o dinheiro depositado no banco, controlar as despesas, fazer pagamentos e fornecer dados para a elaboração do fluxo de caixa.

8.4 Controle de contas a receber

A seção abrangente ao controle de contas a receber procurou levantar dados sobre questões relativas à política e análise de crédito e também sobre a existência de

departamentos dentro da empresa para cuidar da gestão dessas contas e o responsável direto pelo mesmo.

Quando questionado sobre o assunto contas a receber, uma questão levantada foi relacionada à existência de departamento específico dentro da empresa para cuidar da gestão dessas contas e como resultado é observado que 75% das empresas pesquisadas não possuem e 25% diz haver departamento para tratar das contas a receber. A inexistência de um departamento pode ser explicado pela empresa possuir um quadro de funcionários insuficientes para atender o critério questionado e também pelo tamanho da empresa.



GRÁFICO 11 - Existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a receber.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os dados coletados, demonstrados pelo Gráfico 12, apontam que 80% das empresas tem um responsável pelo controle das contas a receber e 20% das empresas não tem responsável. Assim, mesmo não existindo um departamento na empresa responsável pelo controle das contas a receber, fato observado no gráfico 11, há um responsável por essas contas.

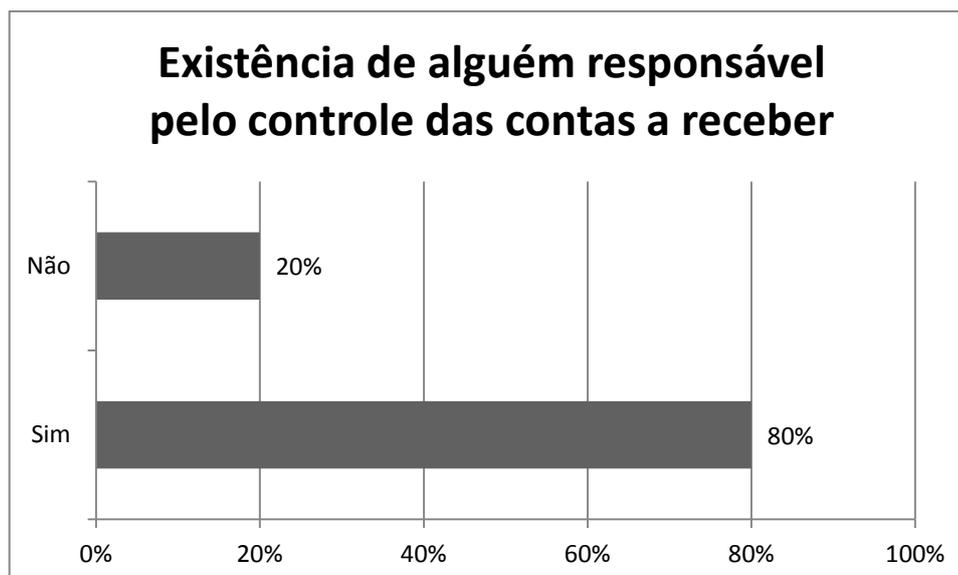


GRÁFICO 12 - Existência de alguém responsável pelo controle das contas a receber.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Segundo o questionário aplicado, o quesito que trata sobre quem é o responsável pelas contas a receber apresenta como respostas, 70% correspondem aos proprietários, 15% ao gerente, 5% a outro funcionário e 10% afirmam não haver responsável (Gráfico13). Comparando os resultados encontrados nessa questão com o questionamento sobre quem é o responsável pelo controle de caixa, representado pelo gráfico 8, nota-se que o percentual dos responsáveis pelo controle de caixa e de contas a receber são iguais no quesito proprietário, podendo afirmar com isso que o proprietário assume funções diversas nessas empresas e o resultado ainda confirma a visão do IBGE (2001) quando é citado que um dos atributos das MPEs é a presença forte do proprietário na sua gestão.

É observada uma divergência nos resultados encontrados, verificando no quesito sobre a existência de alguém responsável pelo controle de contas a receber (gráfico 12) que 20% não possuem alguém responsável por essas contas, enquanto no outro quesito, sobre quem é o responsável pelas contas a receber (gráfico 13), é analisado apenas 10% não haver responsável pelas contas a receber.

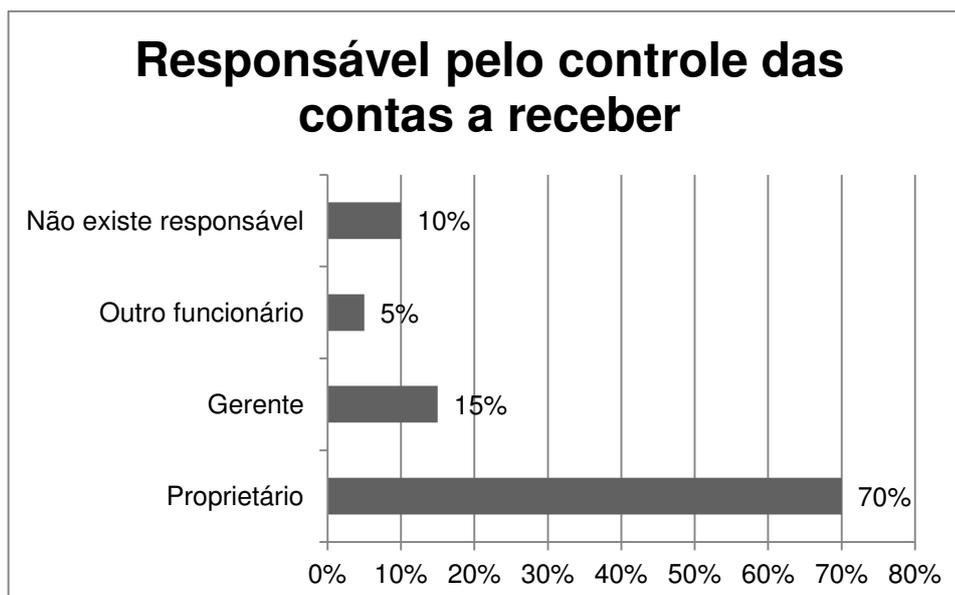


GRÁFICO 13 - Responsável pelo controle das contas a receber
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A análise ao crédito é uma das formas da empresa manter o controle das contas a receber, por ser uma técnica que permite a concessão de crédito ao cliente conforme afirma Santos (2010). Nesse aspecto é questionado sobre a utilização de consulta aos serviços de proteção ao crédito SPC e/ou SERASA no fornecimento de crédito ao cliente. Esses sistemas disponibilizam ao mercado um banco de dados com informações sobre pessoas físicas e jurídicas, auxiliando a empresa na tomada de decisão quanto à concessão de crédito. (SPC, 2014) e (SERASA, 2014).

O Gráfico 14, demonstra que o resultado encontrado sobre consulta ao SPC e/ou SERASA é que 70% das empresas utilizam esses serviços, enquanto 30% não utilizam. As empresas que tem ao seu dispor esse tipo de serviço acabam se beneficiando por minimizar os riscos sobre a inadimplência, pois disponibilizam de informações relacionadas à situação de crédito de grande parte de pessoas físicas e jurídicas.

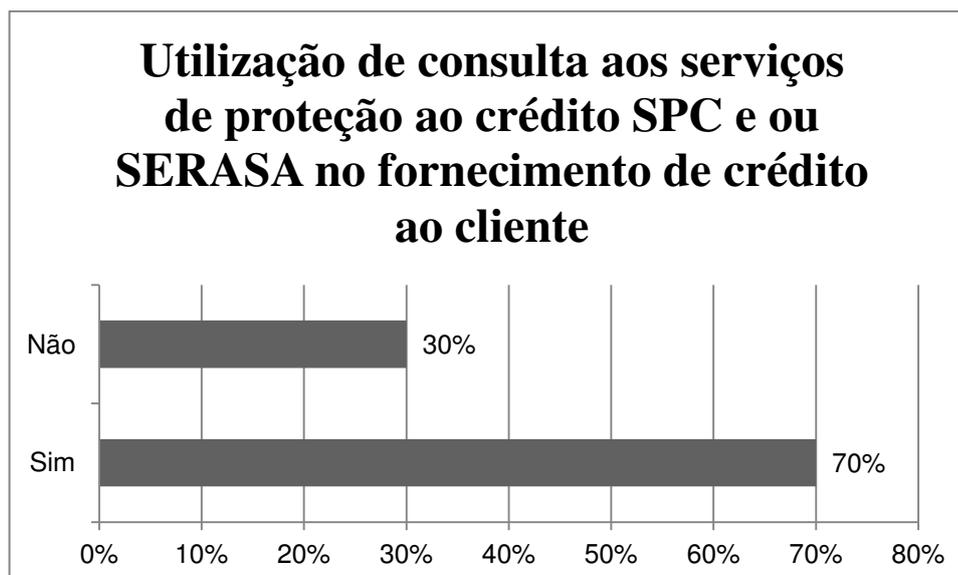


GRÁFICO 14 - Utilização de consulta aos serviços de proteção ao crédito SPC e ou SERASA no fornecimento de crédito ao cliente.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Outro ponto discutido no questionário retrata o prazo de crédito estabelecido pela empresa aos clientes. Segundo Assaf Neto e Silva (2010), o prazo corresponde um dos elementos de uma política de crédito, diz respeito ao período estabelecido pela empresa para o pagamento da venda efetuada.

Na pesquisa efetuada, demonstrada no Gráfico 15, 55% das empresas estabelecem outros prazos de pagamentos além dos citados no questionário, enquanto 25% dão um prazo de 60 dias, 15% de 30 dias e 5% de 45 dias.

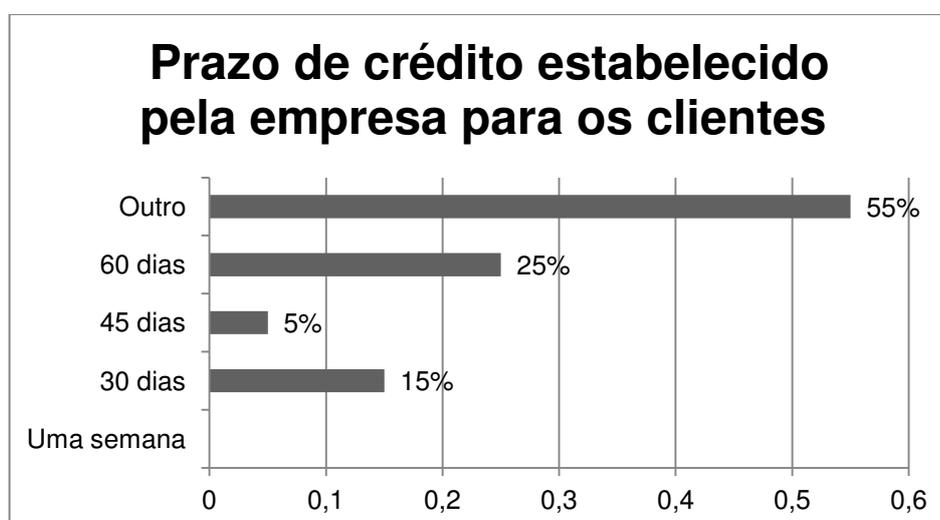


GRÁFICO 15 - Prazo de crédito estabelecido pela empresa para os clientes
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto aos meios usados para fazer cobranças caso haja atrasos de pagamentos dos clientes, as empresas citaram mais de uma alternativa de se fazer cobrança. Das 20 empresas pesquisadas, 11 delas responderam que cobram pessoalmente aos clientes, 10 delas enviam cartas de cobrança, 10 das entrevistadas telefonam, 4 delas tem como opção mover ação judicial contra os devedores e 2 delas usam outros métodos (Ver Gráfico 16).

A cobrança também é outro elemento da política de crédito implantada na empresa, são todas técnicas usadas para o recebimento do crédito (ASSAF NETO; SILVA, 2010). O gráfico 16, a seguir, mostra elementos usados para a cobrança de atrasos nos pagamentos.

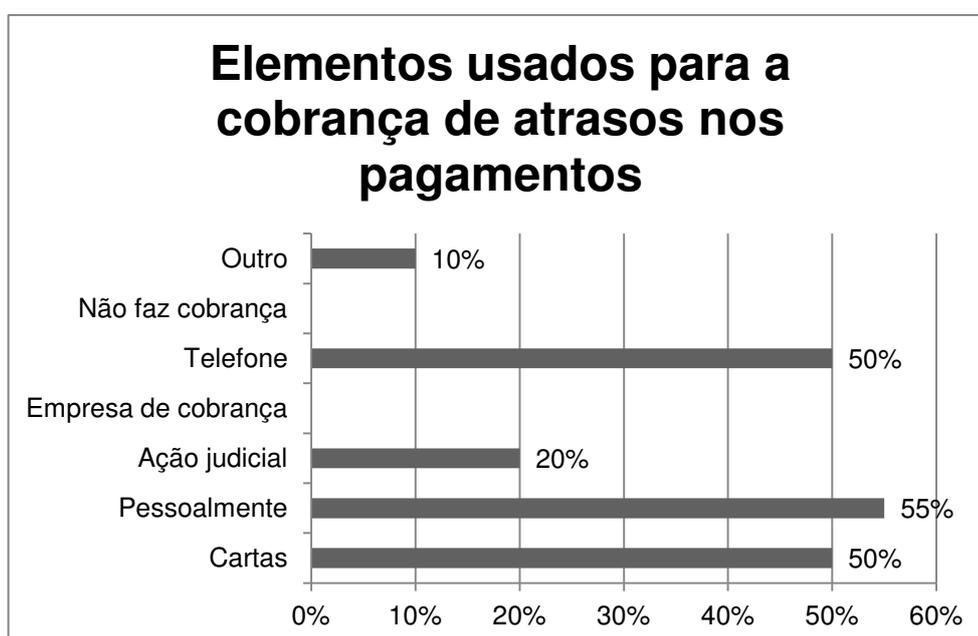


GRÁFICO 16 - Elementos usados para a cobrança de atrasos nos pagamentos
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Em relação à utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a receber, 60% das empresas responderam que usam software ou planilha para controlar as contas a receber, porém 40% afirmam o não uso desses instrumentos (Gráfico 17). É percebido haver maior uso desses sistemas no controle das contas a receber do que no controle do caixa (gráfico 9), em que é observado um percentual maior de não utilização de software ou planilha no seu controle.

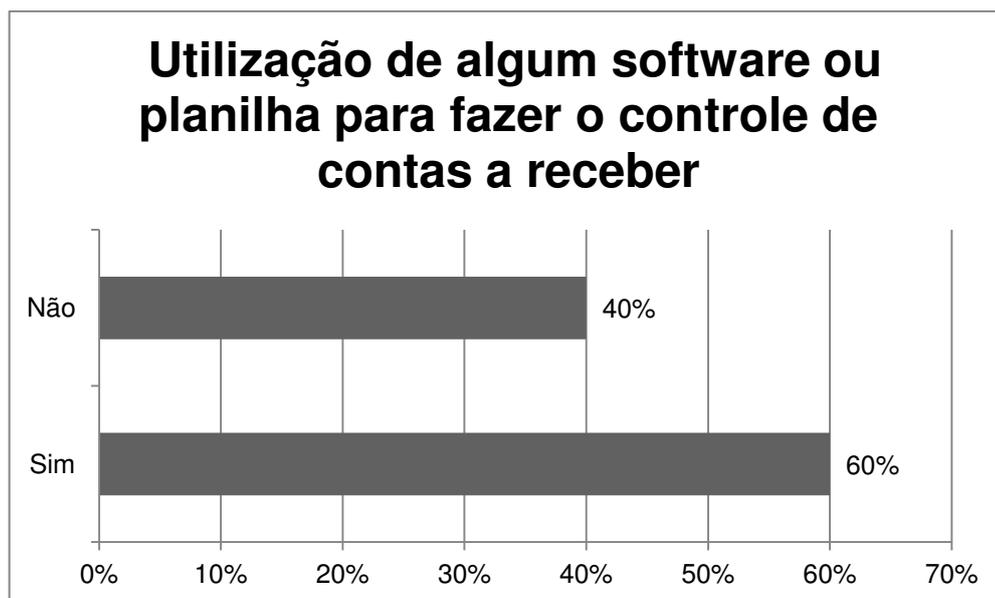


GRÁFICO 17 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a receber.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.5 Controle do estoque

Os questionamentos referidos neste tópico tratam de levantar informações acerca do controle do estoque por parte das empresas pesquisadas, procurando saber sobre a existência de alguma área na empresa responsável pelo controle do estoque e quem é o responsável, se há utilização de algum software ou planilha para o seu controle, se existe um controle de tempo para reabastecer o estoque dentro da empresa e qual é esse período. Também são levantadas questões sobre o conhecimento da quantidade e do valor do estoque existente na empresa.

A primeira questão aborda a existência de alguma área na empresa responsável pelo controle do estoque e obtém como resultado que 75% das empresas não possuem área específica para seu controle, havendo apenas 25% de empresas que possuem uma área da empresa que faz o controle ou acompanhamento do estoque (Gráfico 18).

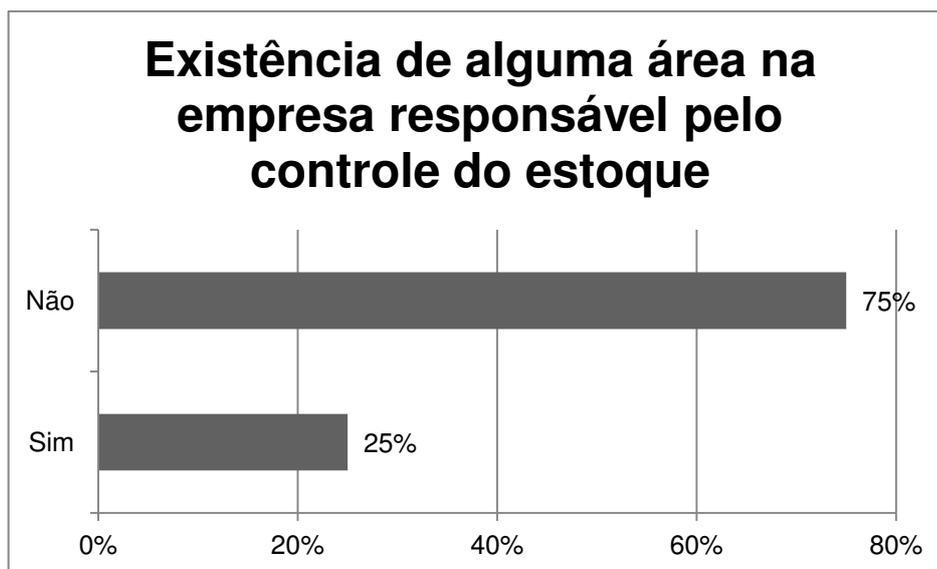


GRÁFICO 18 - Existência de alguma área na empresa responsável pelo controle do estoque.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto há existência de alguém responsável pelo controle do estoque, 85% dos respondentes afirmam existir, enquanto 15% não tem responsável pelo controle do estoque (gráfico 19). Apesar da maioria das empresas não possuírem um departamento específico para tratar do estoque, resultado evidenciado no gráfico 18, existe na maior parte das empresas alguém que se responsabiliza pelo seu controle. De acordo com Longenecker, Moore e Petty (1997), é preciso conservar um grau de estoque adequado na empresa, então a partir do momento em que existe alguém disponível por manter o seu controle é possível atingir o objetivo de possuir uma quantidade de estoque suficiente para manter as atividades do negócio.

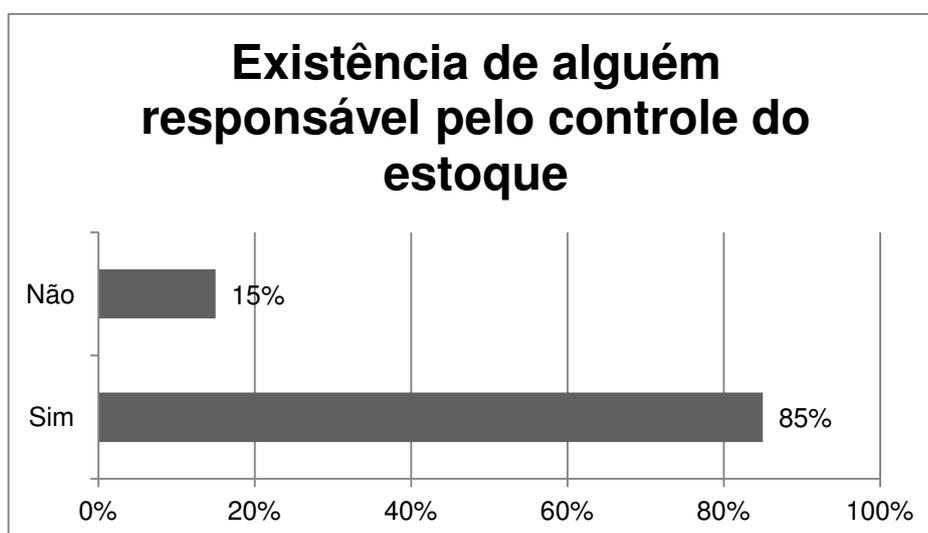


GRÁFICO 19 - Existência de alguém responsável pelo controle do estoque

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 20 aborda a questão referente a quem é o responsável pelo controle do estoque, e resultou que 55% é proprietário, 10% gerente e 35% outro funcionário.

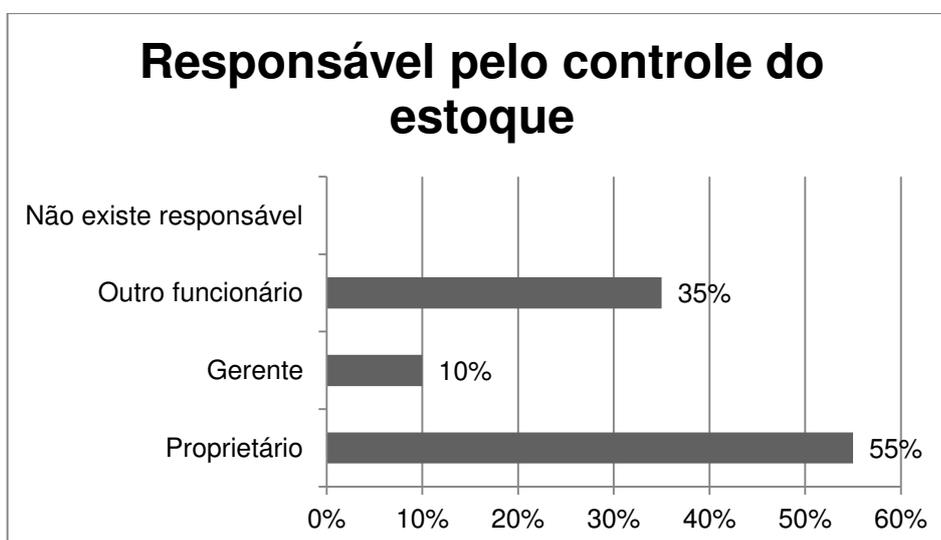


GRÁFICO 20 - Responsável pelo controle do estoque.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Logo em seguida (Gráfico 21), foi abordado sobre a utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de estoque, a maioria 60%, responderam haver e 40% das empresas não usa software ou planilha para fazer o controle de estoque. Constatou-se através desses resultados uma semelhança com os resultados encontrados no quesito também relacionado sobre a utilização de software ou planilha para fazer o controle das contas a receber, percebendo com isso o mesmo percentual, fato este observado no gráfico 17.

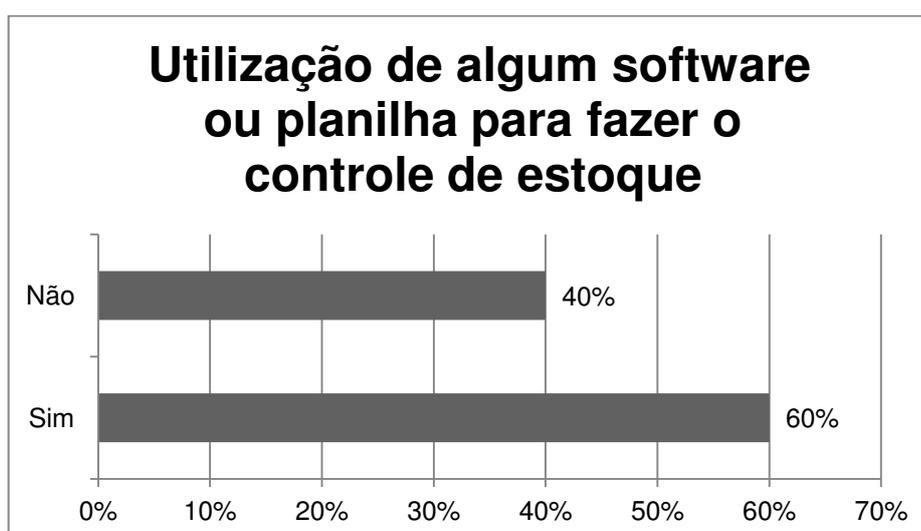


GRÁFICO 21 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de estoque.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na questão sobre há existência de um controle de tempo para reabastecer o estoque (Gráfico 22), as respostas permitem observar que 70% das empresas dizem ter um tempo para reabastecimento do estoque, já 30% não possuem controle sobre esse tempo.



GRÁFICO 22 - Existência de um controle de tempo para reabastecer o estoque.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O questionamento seguinte, representado pelo gráfico 23, divide o tempo de reabastecimento, mencionado no gráfico 22, em períodos, procurando assim saber acerca do período de reabastecimento do estoque nas empresas pesquisadas. A análise mostra que 20% das empresas fazem o reabastecimento diário, 25% semanal, 10% mensal, 15% trimestral e 30% reabastecem em outro período não estipulado no questionário.

O conhecimento sobre o tempo de reabastecimento do estoque, mostrado no gráfico 22, e sobre o período que representa esse tempo, é relevante para a empresa, pois com ele é possível evitar compras excessivas ou falta de estoque na empresa. Esse problema é citado por Longenecker, Moore e Petty (1997), quando ele diz que as pequenas empresas costumam comprar em excesso e fazem estoques muitas vezes motivados pelo apelo do fornecedor, por entusiasmo ou compram de tudo o que o cliente deseja. Ele afirma ainda que é preciso manter um nível suficiente de estoque para assegurar a satisfação dos clientes atendendo a demanda dos pedidos solicitados e no tempo certo.

Existe uma similaridade de respostas nas questões de tempo e período de reabastecimento de estoque, averiguando um mesmo percentual para as empresas que afirmam não existir um controle de tempo para reabastecer o estoque (gráfico 22) e para aquelas que marcam a

opção “outro” no questionamento período de reabastecimento do estoque (gráfico 23). Possivelmente o percentual dos respondentes que marcaram a questões não existir um controle de tempo para reabastecer o estoque possam ser os mesmos quem assinalaram a opção “outro”.

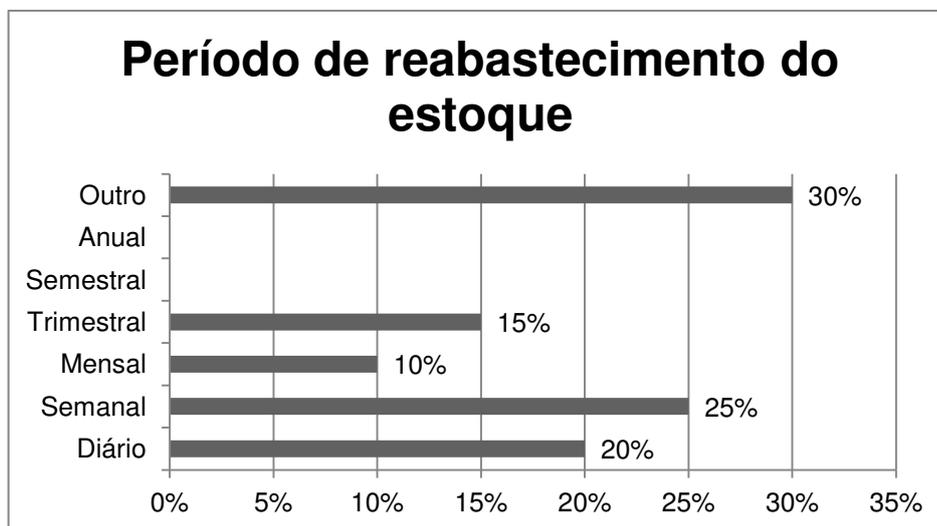


GRÁFICO 23 - Período de reabastecimento do estoque.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Outra questão levantada nesse tópico e demonstrada no Gráfico 24 é sobre o conhecimento da quantidade e do valor do estoque existente na empresa, e 70% das empresas questionadas respondem ter o conhecimento, já 30% dos respondentes afirmam não conhecer.

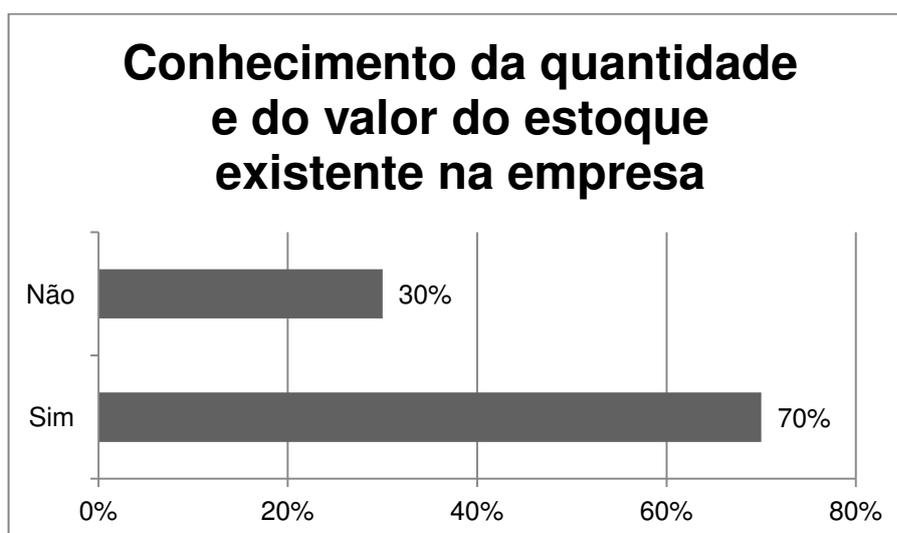


GRÁFICO 24 - Conhecimento da quantidade e do valor do estoque existente na empresa.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.6 Controle de contas a pagar

Para o alcance de resultados referentes ao controle de contas a pagar nas micro e pequenas empresas em estudo, o questionário apresenta os resultados encontrados sobre a existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a pagar, existência de alguém responsável pelo controle das contas a pagar e quem é este, a utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a pagar, se organiza essas contas por ordem de pagamento e quais medidas adotadas para sanar problemas caso tenha dificuldade financeira.

No primeiro questionamento sobre a existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a pagar, como mostra o gráfico 25, 75% das empresas responderam não existir e 25 % disseram ter um departamento na empresa que se responsabilizam pelo controle dessas contas.

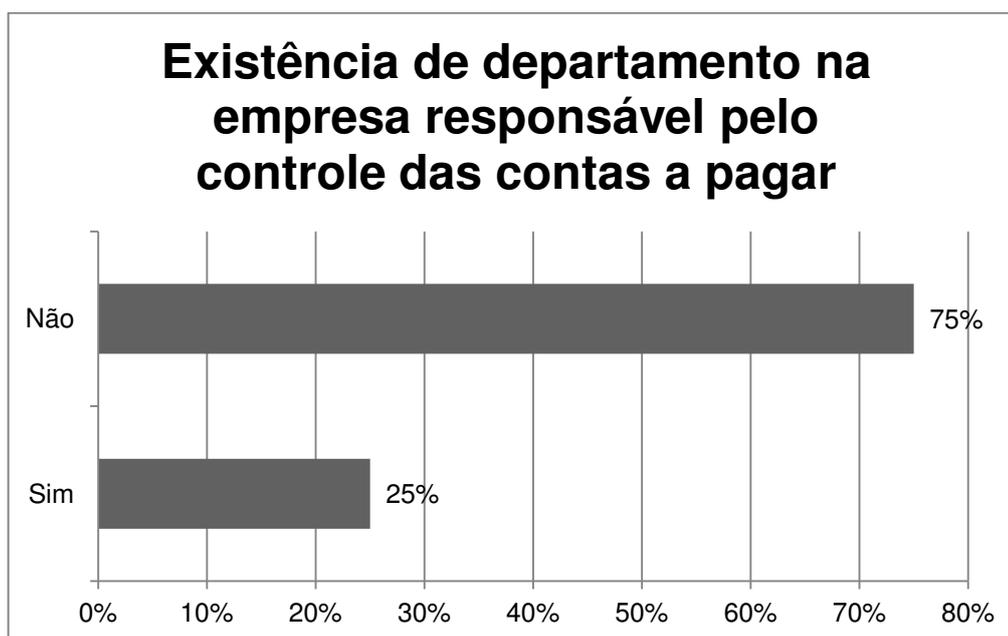


GRÁFICO 25 - Existência de departamento na empresa responsável pelo controle das contas a pagar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Logo em seguida foi perguntado quanto à existência de alguém responsável pelo controle das contas a pagar e é notado que 95% das empresas possuem alguém responsável por essas contas, enquanto 5% não há.

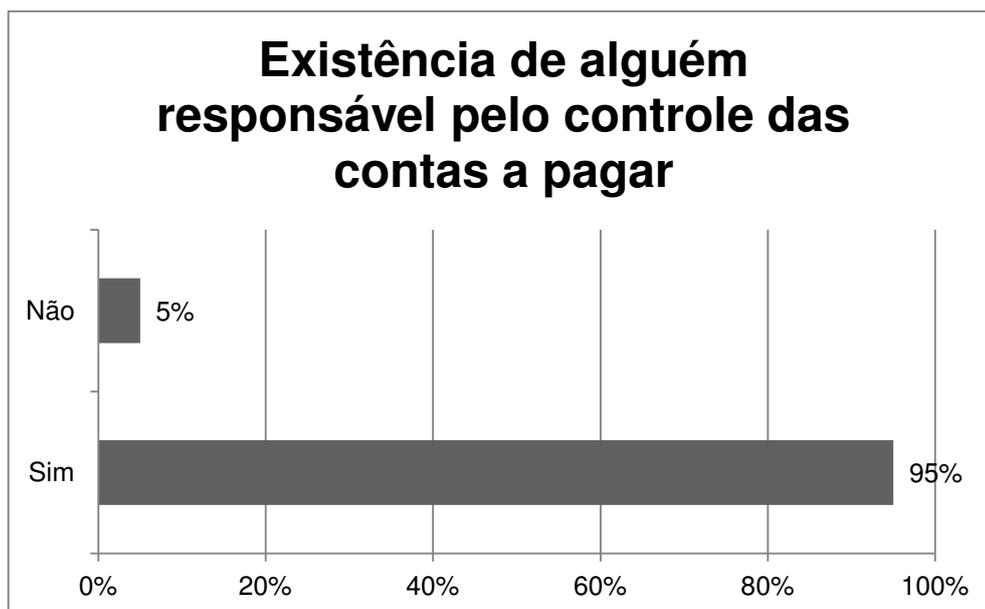


GRÁFICO 26 - Existência de alguém responsável pelo controle das contas a pagar
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Em relação a quem são responsáveis por essas contas, 75% das empresas responderam serem os proprietários, outros 15% o gerente e 10% outro funcionário (gráfico 27). É perceptível em todas as questões que aborda o item responsável pelo controle do caixa, das contas a receber, do estoque e das contas a pagar o percentual do proprietário à frente desses controles prevalece, reforçando ainda mais o enunciado citado pelo IBGE (2001) que afirma a intensa participação dele na gestão dessas contas e de toda a empresa.

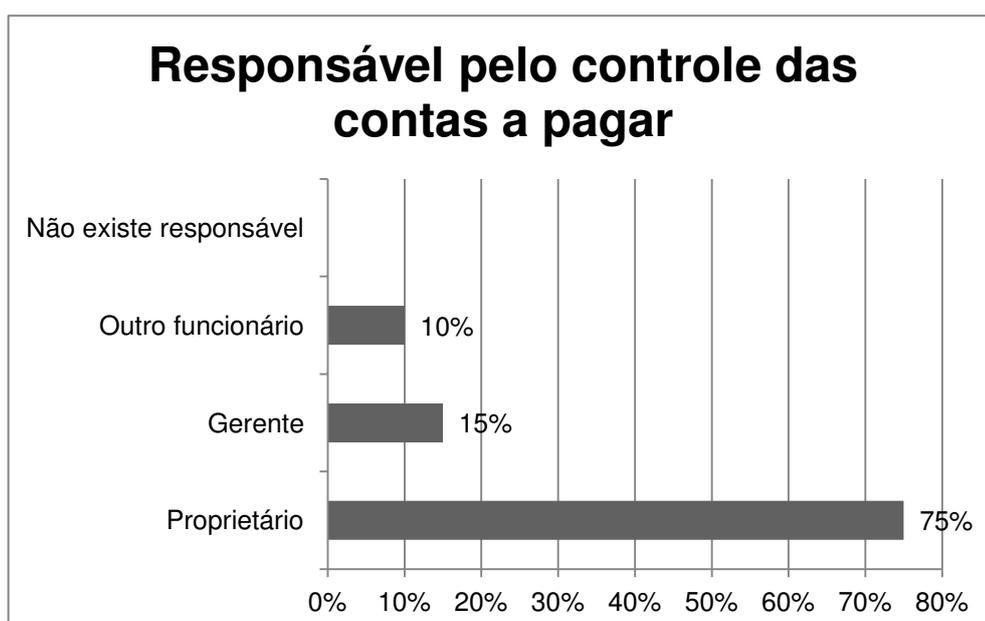


GRÁFICO 27 - Responsável pelo controle das contas a pagar.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 28 refere-se ao questionamento sobre a utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a pagar e é encontrado como resultado que 60% das empresas não usam e 40% utilizam essas ferramentas para manter o controle das contas a pagar. Visualiza-se tanto no controle das contas a receber, do estoque e nas contas a pagar que o percentual de utilização de software ou planilha para fazer o seu controle são os mesmos.

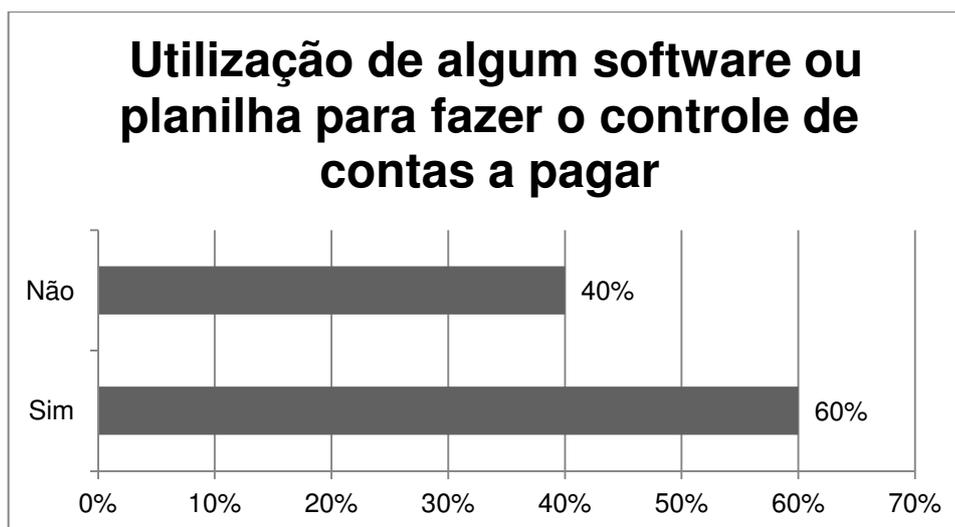


GRÁFICO 28 - Utilização de algum software ou planilha para fazer o controle de contas a pagar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Ao questionar sobre a organização das contas a pagar por ordem das datas de pagamento, 95% das empresas pesquisadas responderam fazer essa organização, porém 5% das empresas não fazem (gráfico 29).

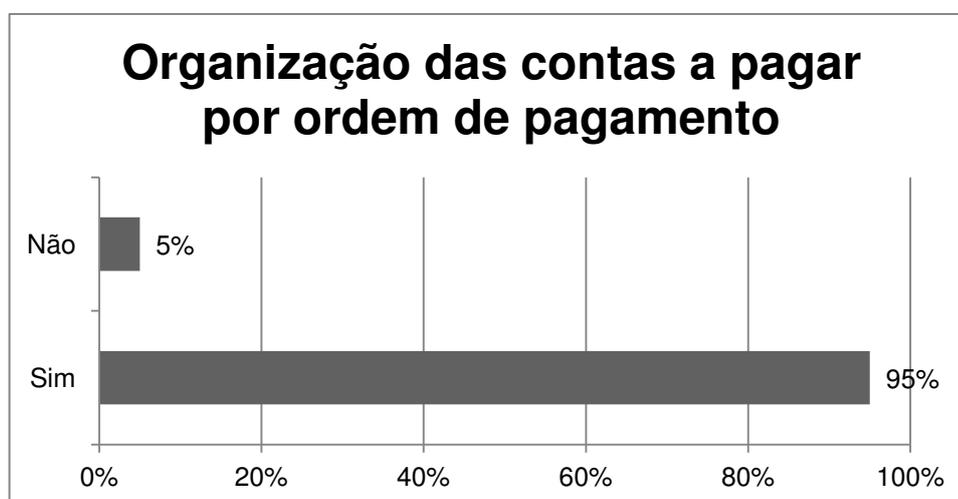


GRÁFICO 29 - Organização das contas a pagar por ordem de pagamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Na pesquisa realizada questionou-se quanto às medidas adotadas para sanar problemas caso haja dificuldades financeiras na empresa, podendo a empresa escolher mais de uma opção. Através dos dados coletados percebe-se que das 20 empresas pesquisadas, 16 escolheram realizar mais cobranças para diminuir a inadimplência, outras 15 responderam procurar reduzir custos, 7 delas afirmam que promoveriam promoções, 4 usariam outros meios, 3 obteriam empréstimos, 2 escolhem a opção negociar com fornecedores as dívidas e outras 2 afirmam que reduziriam o quadro de funcionários.

As dificuldades financeiras proporcionam problemas para a empresa impossibilitando o pagamento das suas contas, e com a utilização dessas ações a empresa poderá diminuir gastos e aumentar o fluxo de dinheiro no caixa, permitindo assim o pagamento das contas. Longenecker, Moore e Petty(1997) apontam como uma das soluções para a empresa caso passe por dificuldades financeiras, os empresários recorrerem a negociações para estender o prazo de pagamentos na busca de solucionar o seu problema.

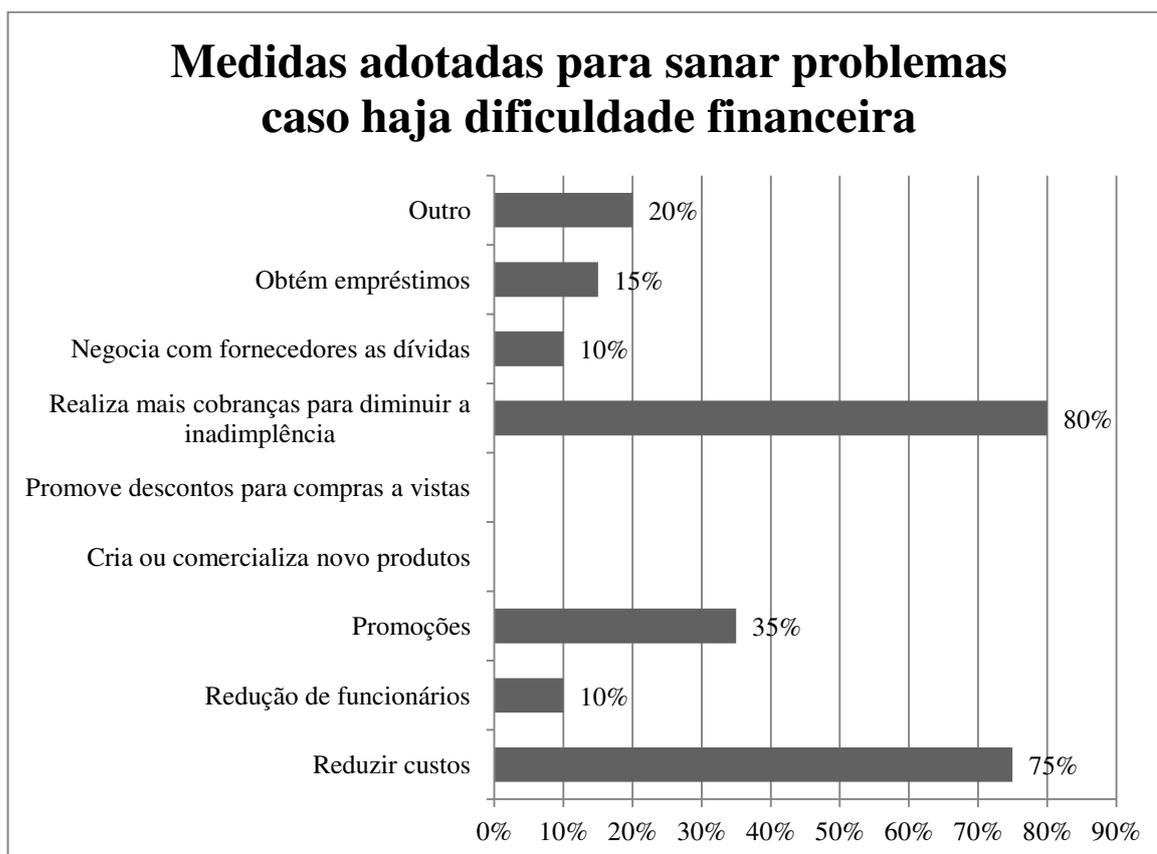


GRÁFICO 30 - Medidas adotadas para sanar problemas caso haja dificuldade financeira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.7 Capital de giro

Nesta seção são abordadas duas questões dirigidas diretamente ao capital de giro, em que busca saber se os empresários das microempresas e pequenas empresas conhecem e possuem uma área na empresa para gerir o seu capital de giro.

Na primeira questão, em que é questionado sobre o conhecimento do capital de giro por parte das micro e pequenas empresas, é obtido como resultado que 60% dessas empresas conhecem o seu capital de giro, enquanto 40% não possuem conhecimento desse recurso.

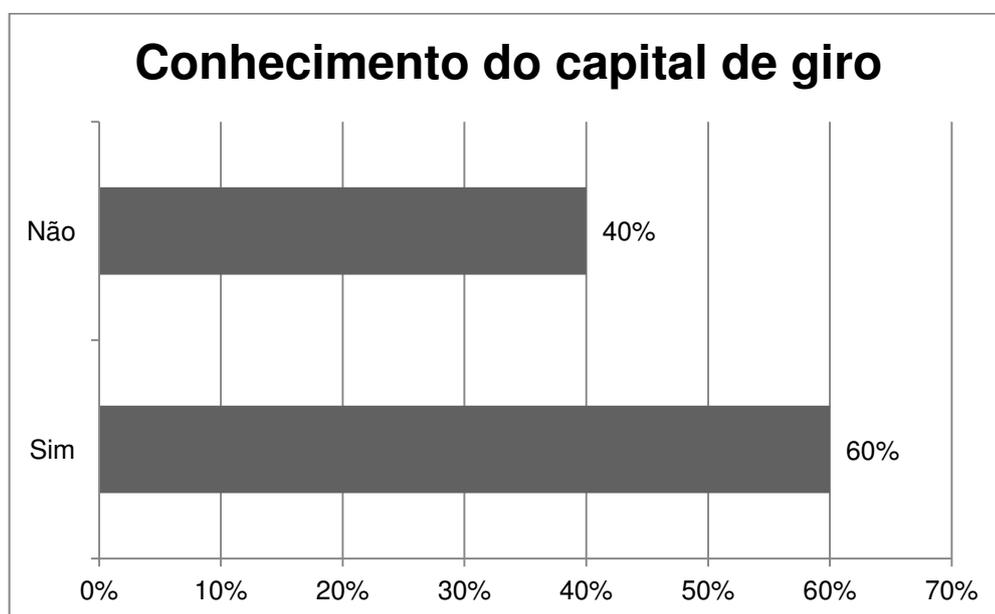


GRÁFICO 31 - Conhecimento do capital de giro
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quando questionado sobre a existência de uma área específica dentro da empresa para gerir o capital de giro, as respostas foram que 80% das empresas não possuem nenhuma área que faça a gestão do capital de giro, já 20% possuem.

Em relação aquelas empresas que não possuem uma área para gerir o seu capital de giro, Henrique (2008) afirma, que a falta do gerenciamento do capital de giro pode ocasionar o fechamento do negócio. Um fator relevante segundo Zouain (2011), para o sucesso das micro e pequenas empresas é ter um bom gerenciamento do capital de giro.

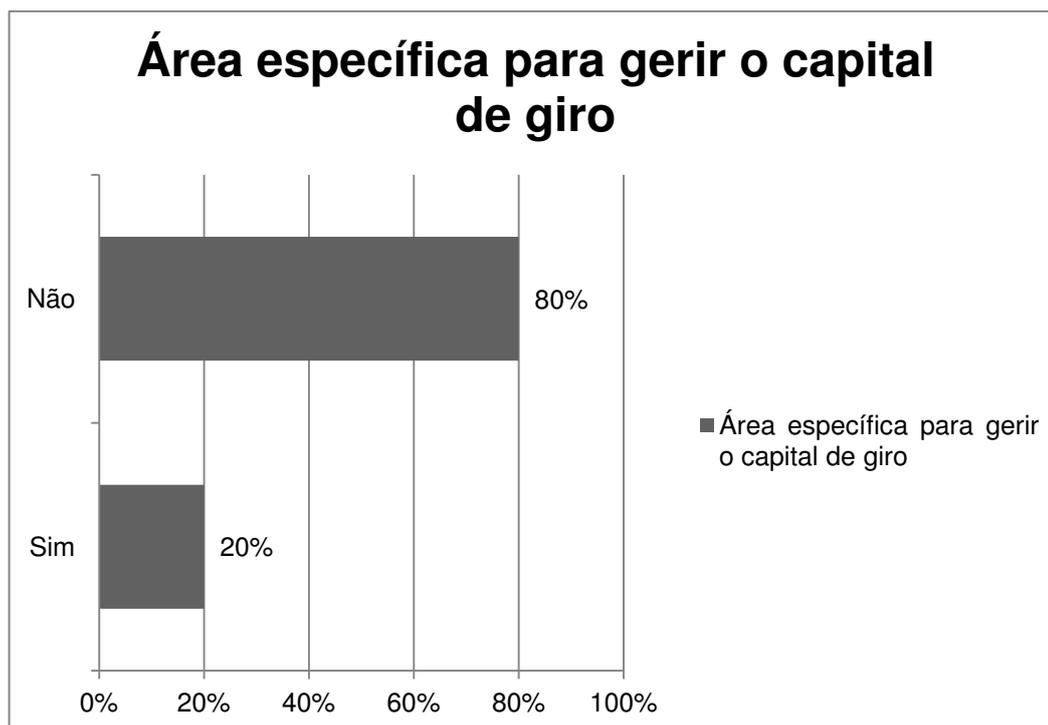


GRÁFICO 32 - Área específica para gerir o capital de giro
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

8.8 Informações contábeis

O último tópico do questionário expõe questões acerca das informações contábeis usadas pelas empresas em estudo. Duas questões são abordadas, uma interroga sobre quais índices financeiros utilizados na empresa e a outra procura saber quais demonstrações contábeis as empresas usam para coletar informações adequadas para a tomada de decisões.

Quando questionado sobre quais índices financeiros usados na empresa para analisar o seu desempenho, encontra-se como resultado que 85% das empresas não utilizam nenhum índice financeiro para avaliar seu desempenho, porém 15% usam outros índices não citados no questionário. (GRÁFICO 33).

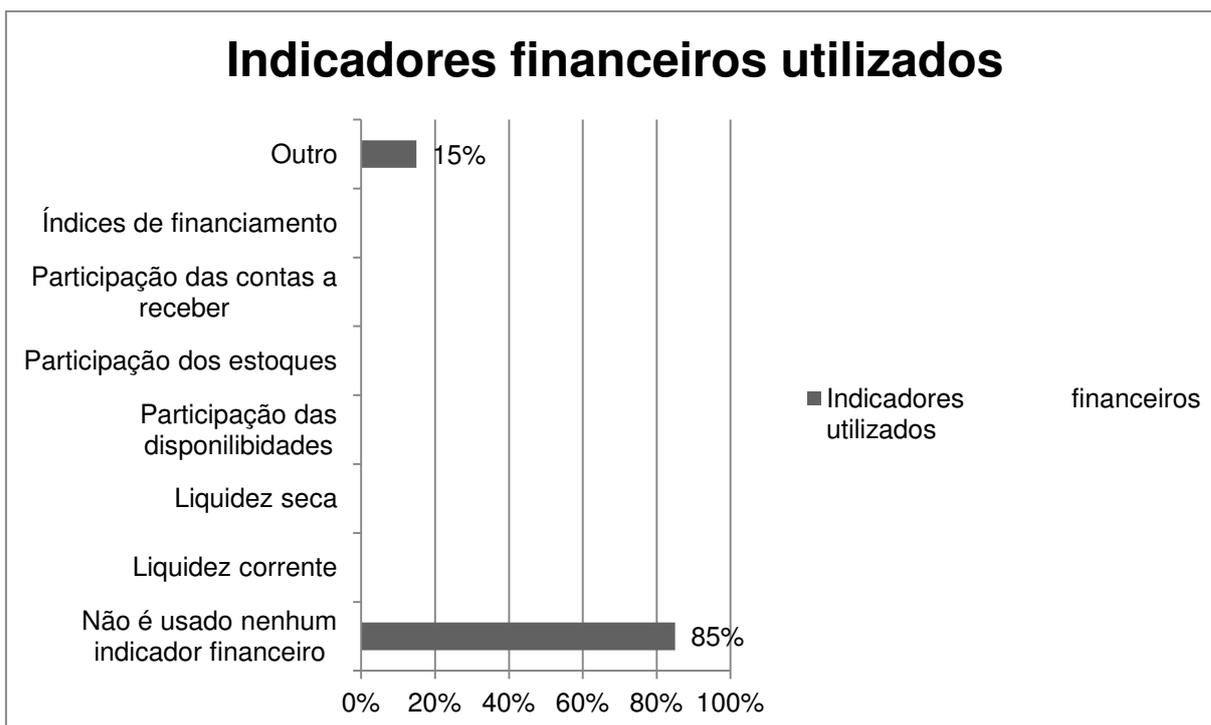


GRÁFICO 33 - Utilização de indicadores financeiros

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Por último é questionado sobre quais demonstrações contábeis as empresas usam, e entre as alternativas indicadas às empresas podiam optar por mais de uma. No resultado é observado que 11 das empresas analisadas não usam nenhuma demonstração contábil, enquanto 7 usam a demonstração de fluxo de caixa – DFC, 5 o balanço patrimonial e 2 a demonstração de resultado – DRE.

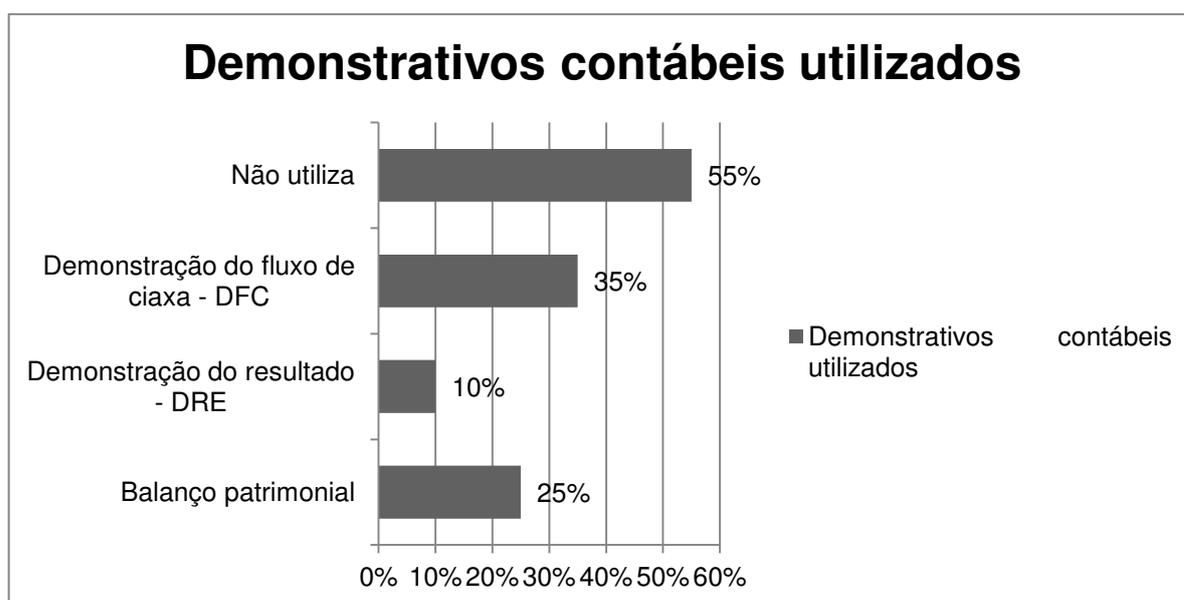


GRÁFICO 34 - Demonstrativos contábeis utilizados

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Essas demonstrações contêm informações sobre a situação do empreendimento, conforme Lemes Júnior e Pisa (2010), os empresários das MPEs têm a sua disposições essas séries de instrumentos que auxiliam a sua tomada de decisão.

Diante do que foi analisado, é perceptível uma distorção nas respostas apresentadas no gráfico 31 e no gráfico 34, pois a maioria das empresas pesquisadas, correspondente a 60%, afirmam conhecer o seu capital de giro (gráfico 31), entretanto, apenas 5 das 20 empresas estudadas dizem utilizar o balanço patrimonial (gráfico 34) para colher informações a respeito do negócio. O capital de giro corresponde ao ativo circulante da empresa, assim torna-se difícil conhecer o seu capital de giro sem a existência do conhecimento do ativo circulante da empresa e para saber sobre esse recurso o empreendimento precisa ter a sua disposição o balanço patrimonial, visto que, é neste demonstrativo contábil que é verificado o total do ativo circulante de uma empresa.

9 CONCLUSÃO

A contribuição das microempresas e empresas de pequeno porte no cenário econômico do país é indiscutível, além de que sua expansão está provocando novos empregos, estimulando a competitividade, produzindo bens e serviços, apoiando grandes empresas, e diversos outros benefícios, ou seja, proporcionando mudanças na sociedade. Mediante essas questões, a gestão financeira nessas empresas é um fator inquestionável para a sua sobrevivência, permitindo possuir controle sobre todos os seus recursos.

As finanças existentes dentro da empresa devem ser controladas, para que, através da sua gestão, os resultados econômicos e financeiros tendam a melhorar. Entende-se que possuindo uma boa gestão financeira o empreendimento estará pronto para enfrentar o mercado que está cada vez mais competitivo.

Diante disso, o capital de giro é um recurso que merece atenção especial por parte das MPEs, a sua gestão representa desenvolvimento e sobrevivência, por ser um volume de capital necessário para a manutenção das atividades operacionais. Assim, foi verificado que o seu conhecimento e sua gestão são fundamentais para tomar decisões adequadas para o crescimento do negócio e gera maior segurança quanto à funcionalidade das suas atividades, e para conhecer o seu capital de giro é imprescindível à administração das contas de curto prazo.

Na pesquisa realizada nas microempresas e empresas de pequeno porte, o setor de atividade com maior número de respondentes foi o comércio, e no que se refere ao porte das empresas, constatou-se que as microempresas possuem maior representatividade. É notória uma presença forte da participação feminina na gestão dos empreendimentos pesquisados. Ainda no tocante as características investigadas desses empreendimentos verifica-se que a maioria dos gestores apresentam o ensino médio completo e o ensino superior também completo.

Averiguo-se que a maior parte dos respondentes são os seus proprietários e verificou-se que na maior porção dessas empresas o proprietário assume a maioria do trabalho relacionado com o controle das contas de curto prazo. Na gestão do caixa, das contas a receber, estoque e contas a pagar o percentual do proprietário prevaleceu.

Foi analisado que um grande número das empresas não possui um departamento específico para gerir essas contas, mas apresentam um responsável e que a utilização de programas como planilha ou software para controlar o estoque, as contas a receber e as contas a pagar existe em sua maioria. Ao mesmo tempo percebeu, em relação ao controle do caixa, uma grande parte não mantém um sistema controlando-o, porém, é verificado um controle diário do mesmo.

Perante as informações, as empresas em seu maior número preocupam-se em consultar os serviços de proteção ao crédito, SPC ou SERASA, para a concessão de crédito ao cliente. É notória ainda uma diversidade de meios usados pelas empresas pesquisadas para fazer cobranças caso haja a falta de pagamento.

Em relação ao estoque, é pequena a quantidade de empresas que não conhece a quantidade desse recurso e também o tempo e o período do seu reabastecimento. Dessa forma é possível assegurar que existe um bom controle dos estoques em grande parte das empresas pesquisadas.

Verificando o último tópico sobre os controles das contas de curtos prazos, é observado no controle das contas a pagar, uma preocupação da maioria das empresas em organizar as contas por ordem de pagamento e uma diversidade de formas utilizadas para sanar problemas financeiros caso venha ocorrer dentro da empresa.

No que concerne ao capital de giro, constatou-se através da pesquisa, a não existência de uma área específica para gerir esse recurso na maioria das empresas em estudo. Todavia, os resultados mostraram que grande parte dessas empresas apresentam conhecimento do seu capital de giro.

Atentando-se para o objetivo de verificar as informações contábeis que estão sendo utilizadas pelos gestores na gestão do capital de giro, observou-se uma significativa parcela de empresas que não usam nenhum índice financeiro e/ou demonstrações contábeis para avaliar o desempenho do seu negócio.

Portanto, considerando que, para haver uma gestão baseada no capital de giro é preciso ter o conhecimento e existir uma boa administração deste recurso e para isso ocorrer é necessário um adequado controle das contas de curto prazo, com isso pode-se concluir que as micro e pequenas empresas estudadas apresentam, em sua maioria, uma atenção com a administração dessas contas, principalmente por serem os proprietários os principais

responsáveis pela sua gestão. Porém, é constatado a não observância das informações contábeis por um número relevante das empresas analisadas, prejudicando diretamente a gestão das empresas.

Em função da importância deste tema para a gestão das micro e pequenas empresas, é necessário haver novas pesquisas nessa área que abordem a gestão financeira dessas empresas de maneira mais profunda.

Sugerem-se estudos futuros capazes de extrair maiores informações sobre as técnicas utilizadas por essas empresas na administração do caixa, das contas a receber, do estoque e das contas a pagar.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. P.; ESPEJO, M. M. S. B.; SCHERER, L. M. Demonstrações contábeis nas pequenas empresas: um estudo bibliométrico. **Revista da micro e pequena empresa**, v. 5, n. 2, 2011, pp. 106-123. Disponível em <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/198/161>>. Acesso em 03/02/2014.
- ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. **BNDES modifica classificação de porte de empresa**. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/institucional/20100622_modificacao_porte_empresa.html>. Acesso em 01/12/ 2013.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. **Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 26/04/2013.
- BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Lei das sociedades anônimas. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 05/02/2014.
- CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. (orgs.). **Manual de metodologia científica**. Itumbiara/GO: ULBRA, 2011. Disponível em: <<http://www.ulbraitumbiara.com.br/wp-content/uploads/2011/08/manumeto.pdf>>. Acesso em 13/08/2013.
- CDL, **Câmara de Dirigentes Lojistas**. A Entidade. 2011. Disponível em <<http://www.cdlsbc.com.br/entidade.asp>>. Acesso em: 13/02/2014.
- CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Capital de Giro: Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar**. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPagelId=FF808181273E546301273E9A2A8420E3&lumItemId=FF8080813D5ED043013D5EEC0C426D98>> Acesso em 22/08/2013.
- CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Apresentação das demonstrações contábeis**. 2014. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=44>>. Acesso em 05/02/2014.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Demonstração dos fluxos de caixa.** Pronunciamento técnico. 2014. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03n.pdf>. Acesso em 05/02/2014.

FERNANDES FILHO, O.; NASCIMENTO, J. P. B.; BORGES, G. F.; SOARES, K. G. R.; MORAES, A. F. O.; TEIXEIRA, E. **Gestão Financeira em Micro Empresas Familiares: um estudo na Indústria Moveleira de Santa Cruz de Minas/MG.** VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende/RJ: 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/522_522_Artigo_Gestao%20Financeira_Final.pdf>. Acesso em 03/01/2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 12 ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração Financeira.** 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica.** 5 Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para a micro e pequena empresa.** 2008. Disponível <<http://xa.yimg.com/kq/groups/30003004/1776889230/name/trabalhos001.pdf>> Acesso em 08/072013.

HOJI, M.: **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGE. **Estudos e pesquisas: informação econômica. As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil.** 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>> Acesso em 21/08/2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

LEMES JÚNIOR, A. B.; PISA, B. J. **Administrando micro e pequenas empresas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, A. B. **Gestão financeira: modelo matemático para tomada de decisões.** 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/bis>>. Acesso em 13/01/2014.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY J. W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

OLIVEIRA, D. C. **Manual Como Elaborar Controles Financeiros**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/bis>>. Acesso em 13/01/2014.

OLIVEIRA, A. B. S. (coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003

OLIVEIRA, P., REIS, R., FRAGA, M., YOSHITAKE, M.. Um estudo sobre a necessidade de capital de giro nas micro e pequenas empresas. **Revista da micro e pequena empresa**, v. 3, n. 3, pp. 4-24, 2009. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/65/55>>. Acesso em 03/02/2014.

ROSS, S. A. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTIAGO, M. F. **O efeito da tributação no planejamento financeiro das empresas prestadoras de serviços: um estudo de caso de desenvolvimento regional**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Taubaté. Taubaté/SP, 2006. Disponível em <http://www.ppga.com.br/mestrado/2006/santiago-marlene_ferreira.pdf>. Acesso em 24/07/2013.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Guia do Empreendedor**. 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/bis>>. Acesso em 13/01/2014.

_____. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. 5. ed. Brasília, DF: DIEESE, 2012. Disponível em <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8cb2d324ffde890ece700a5fb073c4da/\\$File/4246.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8cb2d324ffde890ece700a5fb073c4da/$File/4246.pdf)>. Acesso em 05/07/2013.

_____. **Coleção Estudo e Pesquisas: Sobrevivência das Empresas no Brasil**. 2013. Disponível em <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRep.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRep.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf)> Acesso em 01/07/2013.

_____. **Critérios de classificação de empresas: EI - ME - EPP**. 2013. Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em 01/12/ 2013.

_____. **Curso Varejo Fácil – Controles Financeiros: Guia do empreendedor: Gestão financeira.** 2013. Disponível em: <<http://www.ead.sebrae.com.br/hotsite/>>. Acesso em: 17/07/2013.

_____. **Curso controles financeiros.** Santa Catarina, 2013. Disponível em <http://www.ead.sebrae.com.br/Cursos/varcon/varejo_facil_controles_financeiros.pdf> Acesso em 01/07/2013.

_____. **Análise do emprego: Brasil junho de 2013 e 1º trimestre de 2013.** 2013. Disponível em

<[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f919660c3d432559c4c2cf287ca4dbea/\\$File/4497.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f919660c3d432559c4c2cf287ca4dbea/$File/4497.pdf)>. Acesso em 21/08/2013.

_____. (org.). **Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas 2013.** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2013.

SERASA. **O que é Cadastro Positivo.** 2014. Disponível em: ><http://www.cadastrapositivo.com.br/cadastrapositivo/para-empresas/o-que-e.html>>. Acesso em 11/02/2014.

SILVA, A. A. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, A. A. **Gestão financeira: um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das medias e grandes indústrias de confecções do estado do Paraná.** São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.bc.furb.br/docs/TE/2002/274998_1_1.pdf>. Acesso em 05/07/2013.

SILVA, E. L da; MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis, 2005. Disponível em <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf>. Acesso em 19/08/2013.

SIMPLES NACIONAL. **O que é o Simples Nacional?** 2014. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>> Acesso em 08/01/2014.

SOUZA, W.; QUALHARINI, E. **O planejamento estratégico nas micro e pequenas empresas.** III Workshop Gestão Integrada: Riscos e Desafios. Centro Universitário Senac. São Paulo: 2007. Disponível em <<http://www.sp.senac.br/pdf/24848.pdf>>. Acesso em 28/11/2013.

SPC BRASIL. **Conheça o SPC Brasil.** 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/institucional/spc-brasil>>. Acesso em: 03/02/2014.

TRINDADE, M. A. B et al.: Gestão de capital de giro em micro e pequenas empresas. **RACE**, Unoesc, v. 9, n. 1-2, 2010, pp. 231-250. Disponível em <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/188/pdf_97>. Acesso em 04/07/2013.

VIAPIANA, C. **Fatores de sucesso e fracasso da micro e pequena empresa**. ANAIS DO II EGEPE. Londrina/PR: 2001. Disponível em <<http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/londrina/GPE2001-14.pdf>> Acesso em 04/07/2013.

ZOUAIN, D. M. Small business através do panóptico. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, pp. 863-884, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/13.pdf>> Acesso em 03/02/2014.

APÊNDICE

Questionário de Pesquisa

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão da graduação na Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG), da aluna Lígia Emanuela Martins, sob a orientação do Professor Msc. Vorster Queiroga. A pesquisa tem como objetivo Investigar a prática da gestão financeira através do capital de giro nas micro e pequenas empresas associadas à CDL da cidade de Uiraúna PB. As informações aqui contidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Todas as informações recebidas serão tratadas com **confidencialidade**. **Este questionário despenderá de apenas 10 minutos do seu tempo para ser respondido. Contamos com a sua colaboração!**

Características da empresa:

1. Setor de atividade:
 Indústria Comércio Serviços
 Outro
2. Porte da empresa (faturamento anual):
 0 a 360.000 - Microempresa
 360.000 a 3.600.000 – Pequena Empresa
 Prefere não responder

Perfil do entrevistado:

1. Pessoa entrevistada:
 Proprietário
 Gerente
 Funcionário
 Outro
2. Idade:
 18 a 25
 26 a 49
 50 a 55
 de 56 a 60
 Mais de 60
3. Sexo
 Feminino
 Masculino

4. Escolaridade:

- Fundamental incompleto
 Fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo

Gestão financeira

Controle do caixa

1. Existe alguém exclusivamente responsável pelo controle do caixa?
 Sim Não
2. Quem é o responsável pelo controle do caixa?
 Proprietário
 Gerente
 Outro funcionário
 Não tem
3. A empresa utiliza algum software ou planilha para fazer o controle do caixa?
 Sim Não
4. Com que frequência é feito o controle do caixa?
 Diário Semanal Mensal
 Não existe

Controle das contas a receber

1. Existe algum departamento na empresa responsável pelo controle das contas a receber?

Sim Não

2. A empresa possui alguém responsável pelo controle das contas a receber?

Sim Não

3. Quem é o responsável pelo o controle das contas a receber?

Proprietário

Gerente

Outro funcionário

Não existe responsável

4. A empresa ao fornecer crédito consulta os serviços de proteção ao crédito SPC e ou SERASA?

Sim Não

5. Das opções abaixo, qual representa o prazo de crédito estabelecido pela empresa para os clientes?

Uma semana

30 dias

45 dias

60 dias

Outro

6. Em relação aos atrasos de pagamentos, as cobranças são feitas através de (é considerada mais de uma opção):

Cartas

Pessoalmente

Ação judicial

Empresa de cobrança

Telefone

Não faz cobrança

Outro

8. A empresa utiliza algum software ou planilha para fazer o controle de contas a receber?

Sim Não

Controle do estoque

1. Existe alguma área na empresa responsável pelo controle do estoque?

Sim Não

2. A empresa possui alguém responsável pela gestão do estoque?

Sim Não

3. Quem é o responsável pelo controle do estoque?

Proprietário Gerente Outro funcionário

Não existe responsável

4. A empresa utiliza algum software ou planilha para fazer o controle do estoque?

Sim Não

5. A empresa mantém um controle de tempo para reabastecer o estoque?

Sim Não

6. Dos itens abaixo quais representam o período de reabastecimento?

Diário

Semanal

Mensal

Trimestral

Semestral

Anual

Outro

7. A empresa conhece a quantidade e o valor do estoque existente na empresa?

Sim Não

Controle das contas a pagar

1. Existe algum departamento na empresa responsável pelo controle das contas a pagar?

Sim Não

2. A empresa possui alguém responsável pelo controle das contas a pagar?

Sim Não

3. Quem é o responsável pelo controle das contas a pagar?

Proprietário

Gerente

Outro funcionário

Não existe responsável

4. A empresa utiliza algum software ou planilha para fazer o controle das contas a pagar?

Sim Não

5. A empresa organiza as contas a pagar por ordem das datas dos pagamentos?

Sim Não

6. Caso a empresa esteja passando por dificuldades financeiras, qual(is) medidas são adotadas para sanar o problema? (é considerada mais de uma opção):

Reduzir custos

Redução de funcionários

Promoções

Cria ou comercializa novos produtos

Promove descontos para compras a vista

Procura realizar mais cobranças para diminuir a inadimplência

Negocia com os fornecedores as dívidas

Obtém empréstimos

Outro

2. Identifique os demonstrativos contábeis utilizados pela empresa:

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado – DRE

Demonstração do fluxo de caixa – DFC

Não utiliza

Outro

Capital de giro

1. A empresa possui conhecimento do seu capital de giro?

Sim Não

2. Existe na empresa uma área específica para gerir o capital de giro?

Sim Não

Informações Contábeis

1. Identifique os indicadores financeiros utilizados pela empresa.

Não é usado nenhum indicador financeiro

Liquidez corrente

Liquidez seca

Participação das disponibilidades

Participação dos estoques

Participação de contas a receber

Índices de financiamento

Outro